



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**MODELO DE INSERÇÃO DE ANGOLA NO SISTEMA  
INTERNACIONAL**

**Isaac Napoleão Simião**

**Orientador:** Professor Doutor José Manuel Caetano

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2014

# **MODELO DE INSERÇÃO DE ANGOLA NO SISTEMA INTERNACIONAL**

**Isaac Napoleão Simião**

**Orientador:** Professor Doutor José Manuel Caetano

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2014

## Dedicatória

*As mulheres Simião:*

*Madalena Simião*

*Catarina Simião*

*Cheila Simião*

*Maria Simião*

*Lourença Simião*

## **Agradecimentos**

Agradecer é sem dúvida indispensável, sobretudo ao fim de mais uma etapa de trabalho, no qual fui apoiado por diversas pessoas. Sendo assim, começo por agradecer a Deus, que tem me dado força, coragem e luzes para concretização dos meus objectivos. Por outro lado, endereço também os meus agradecimentos aos meus pais, Isaac Simião e Madalena Simião, que sempre souberam cuidar de mim, aos meus irmãos que de forma silenciosa mais atenciosa, sempre me depositaram confiança para que chegasse aonde cheguei, a minha namorada, Arlete André que adiou os nossos planos, por causa deste processo.

Torna-se fundamental, agradecer o meu orientador Professor Doutor José Manuel Caetano, por ter aceitado orientar esta tese. Sem dúvidas o seu diálogo enriquecedor, a sua constante e indispensável atenção, somados ao seu rigor académico, foram ao longo da elaboração desta tese, elementos decisivos para que eu pudesse apresenta-la ao público.

Também, é fundamental agradecer a Universidade Metodista de Angola, que deu-me a oportunidade de frequentar este Curso de Mestrado, ministrado pela Universidade de Évora. Um voto de agradecimento, também vai para os Professores da Universidade de Évora, que participaram no Curso de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus realizado em Angola.

Agradeço também, aos meus colegas, em especial o Jorge Santino, que deu-me muita força no decorrer do curso e ao David Agostinho, que mostrou-me que nem tudo é difícil como pensamos. Para aqueles que de maneira directa ou indirecta estiveram envolvidos neste processo e não foram citados, vai o meu muito obrigado.

## **Siglas e Abreviaturas**

**ANGOP**- Agencia Angola Press

**APEC**- Cooperação Económica Ásia Pacífico

**APEX**- Agencia Brasileira de Promoção de Exportação

**ASEAN**- Associação das Nações do Sudoeste Asiático

**BM**- Banco Mundial

**BRICS**- Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

**CEEAC**- Comunidade Económica dos Estados da África Central

**CGG**- Comissão do Golfo da Guine

**COPAX**- Conselho de Paz e Segurança da África Central

**CPLP**- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CSNU**- Conselho de Segurança das Nações Unidas

**EUA**- Estados Unidos da América

**FAA**- Forças Armadas Angolanas

**FAO**- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**FNLA**- Frente Nacional de Libertação de Angola

**FMI**- Fundo Monetário Internacional

**FOMAC**- Forças Multinacionais da África Central

**MARAC**- Mecanismo de Alerta Rápido da África Central

**MERCOSUL**- Mercado do Comum do Sul

**MPLA**- Movimento Popular de Libertação de Angola

**NAFTA**- Tratado Norte Americano de Livre Comercio

**OCHA**- Escritórios das Nações Unidas para Coordenação das Ajudas Humanitárias

**ODM-** Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

**OIT-** Organização Internacional do Trabalho

**OMS-** Organização Mundial da Saúde

**ONU-** Organização das Nações Unidas

**OUA-** Organização da Unidade Africana

**PNUD-** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**RDC-** República Democrática do Congo

**RISDP-** Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional

**SADC-** Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

**SIDA-** Síndrome de Imunodeficiência adquirida

**UA-** União Africana

**UDEAC-** União Económica da África Central

**UNICEF-** Fundo das Nações Unidas para Infância

**UNITA-** União Total para Independência de Angola

**URSS-** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **Resumo**

O presente trabalho, aborda o modelo de inserção de Angola no sistema internacional. Este país, durante muito tempo viu o seu espaço e capacidade acção reduzida no sistema internacional por causa do conflito armado que viveu. Com a transição da guerra para a paz, o Governo angolano sentiu a necessidade de redefinir a sua política externa, bem como os objectivos a alcançar no domínio externo. Nesta senda, a defesa da independência e a integridade territorial, deixaram de ser os objectivos principais da política externa angolana, dando lugar a novos objectivos, como a reconstrução nacional e a promoção da imagem de Angola de no sistema internacional.

Para concretização dos novos objectivos, o Governo angolano teve que optar por um modelo de inserção político activo e participativo, baseado na cooperação, assente na paz e na combinação de interesses políticos e económicos. Tendo o bilateralismo, o regionalismo e o multilateralismo como estratégia de acção para o alcance dos objectivos preconizados. Assim, através da estratégia bilateral, o Governo tem procurado conquistar novos parceiros para lhe ajudar no processo de reconstrução nacional e na promoção da sua imagem internacional, no contexto regional, este modelo tem permitido o país assumir um papel de pacificador nas regiões aonde se encontra inserido, isto é na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e na Comunidade Económica dos Estados da África central; no contexto multilateral, este modelo tem possibilitado o país jogar um papel activo na União africana, principalmente nas questões contundentes a gestão e resolução de conflitos, nas crises humanitárias e nos processos de desminagem. Ainda no âmbito do multilateralismo, este modelo de inserção tem ajudado o Estado angolano a alargar os seus horizontes de cooperação com organizações internacionais, participando nelas e assumindo postos de extrema relevância no sentido de contribuir para pacificação e desenvolvimento do sistema internacional, como é o caso da ONU e as suas agências especializadas, onde Angola tem sido um parceiro no desenvolvimento das suas actividades, bem como no cumprimento da sua agenda internacional.

Todas estas acções praticadas por Angola tem inserido o país num contexto de reconhecimento e aceitação a nível internacional.

**Palavras-Chave:** Política Externa, Inserção Internacional, Paz, Cooperação

## MODEL OF INSERTION OF ANGOLA THE INTERNATIONAL SYSTEM

### **Abstract**

This paper addresses the template insertion of Angola in the international system. This country has long seen his action space and reduced capacity in the international system, because of the armed conflict which he lived. With the transition from war to peace, the Angolan government felt the need to redefine its foreign policy and the objectives to be achieved in the external field. Therefore , the defense of the independence and territorial integrity , no longer the main objectives of the Angolan foreign policy , leading to national reconstruction and promoting the image of Angola in the international system.

To implement these new objectives, the Angolan government had to opt for a model of active and participative political integration based on cooperation, based on peace and combined political and economic interests. Having bilateralism, regionalism and multilateralism as a strategy for action to achieve the goals envisaged. This model , through bilateral strategy has helped the government to win new partners that have been useful in the process of national reconstruction and international security ; in a regional perspective has helped the country to assume the role of peacemaker and promoter of regional development , namely the Community of the Southern African Development and Economic Community of Central African States ; the continental level , has allowed the country to play an active role in the African Union , especially in the stinging issues management and resolution of conflicts , humanitarian crises management processes and demining ; also the Angolan state has expanded its horizons of cooperation with international organizations , participating in them and assuming positions of extreme importance in order to enlarge and develop the international system , such as the United Nations , which Angola has been a partner in helping their activities , as well as the fulfillment of their agenda .

All these actions committed by Angola has entered the country in the context of recognition and international acceptance, makes it an actor, builder and peacemaker of the international system.

**Key-Words:** Foreign Policy, International Integration, Peace, Cooperation

## ÍNDICE

Dedicatória-----	I
Agradecimentos-----	II
Siglas e Abreviaturas-----	III
Resumo-----	V
Abstrat-----	VI
Introdução-----	9
<b>CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO -----</b>	<b>11</b>
1.1 Os actores das Relações Internacionais-----	11
1.2 Conceito de Sistema Político Internacional-----	14
1.3 Estrutura do Sistema Político Internacional-----	16
1.4Tendências Relevantes do Sistema Político Internacional-----	18
<b>CAPITULO II: RELACIONAMENTO DE ANGOLA COM O SISTEMA INTERNACIONAL-----</b>	<b>25</b>
2.1 Da Independência ao Reconhecimento-----	25
2.2 Evoluções das Relações Externas de Angola no Contexto da Bipolarização-----	34
2.3 Acção Externa do Governo Angolano na Busca da Paz-----	40

<b>CAPITULO III: MODELO DE INSERÇÃO DE ANGOLA NO SISTEMA INTERNACIONAL</b> -----	46
3.1 Identificações do Modelo de Inserção de Angola-----	46
3.2 As Relações Bilaterais na Busca da Cooperação Estratégica-----	51
3.2.1 A parceria estratégica entre Angola-Rússia-----	53
3.2.2 A parceria estratégica entre Angola-EUA-----	55
3.2.3 A parceria estratégica entre Angola-China-----	58
3.3 Relações Regionais: Construção de Uma Liderança-----	61
3.3.1 As acções desenvolvidas na SADC-----	62
3.3.2 As acções desenvolvidas na CEEAC-----	65
3.4 Os Fóruns Multilaterais Como Instrumento de Projecção Internacional---	69
3.4.1 A projecção na Comissão do Golfo da Guiné-----	70
3.4.2 A projecção na CPLP-----	73
3.4.3 A projecção na ONU-----	75
<b>CONCLUSÕES</b> -----	79
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA</b> -----	82

## INTRODUÇÃO

A inserção de Angola no sistema internacional, pode ser entendida como um processo que tem como finalidade, procurar e conquistar espaços no sistema internacional (regional, continental ou mundial) para adoptar com flexibilidade necessárias as políticas e estratégias de desenvolvimento mais adequadas para a concretização dos seus interesses políticos, económicos, sociais e culturais.

Neste contexto, nota-se com frequências no sistema internacional, determinadas manobras geopolíticas e geoestratégicas por parte dos Estados, com a finalidade de conquistarem ou manterem espaços para aumentarem ou garantirem o seu crescimento económico, a sua segurança e poder. Mas, a verdade é que muitos Estados procuram alcançar estes fins por meios não apropriados, que em vez de contribuírem para o fortalecimento do sistema internacional, só geram constrangimentos no mesmo.

Contudo, as acções e decisões dos Estados no domínio externo tem-se repercutido de várias formas, que nos permite identificar vários modelos de inserção internacional. O que se tem aconselhado é que os Estados, independentemente dos seus objectivos na política internacional devem adoptar modelos de inserção que sejam vistos por outros actores do sistema como legais e legítimos.

Assim, a presente dissertação, tem como objectivo fazer uma abordagem sobre o modelo de inserção político de Angola no sistema internacional, e procurar encontrar uma resposta para a seguinte pergunta: será que o modelo de inserção adoptado por Angola tem contribuído para pacificação e desenvolvimento do sistema internacional?

Para que possamos fazer uma melhor análise do tema e responder o problema proposto, o presente estudo centrou-se em dois períodos. O primeiro período destaca o modelo de inserção de Angola no sistema internacional durante o período de conflito armado (1975-2002). Nesta parte explica-se a forma como o Governo angolano começou a relacionar-se com o sistema, qual foram as suas implicações no mesmo e qual era o modelo de inserção de Angola durante este período. O segundo período destaca o modelo de inserção de Angola no sistema internacional após o conflito armado (2002 até actualidade). Nesta parte, analisa-se a redefinição do modelo de inserção de Angola no sistema devido a transição da guerra para a paz, identifica-se objectivos que esta

inserção pretende alcançar bem como a estratégia escolhida para implementação deste modelo.

De forma complementar, o presente trabalho integra uma abordagem interpretativa, tendo em conta a utilização de bibliografia relacionadas com vários temas e subtemas em que o trabalho se desdobra, bem como sites da internet, comunicações e conferências. Fez-se igualmente uma interpretação dos dados históricos, políticos e diplomáticos, tendo em conta a sua articulação com a análise teórica.

Em termos estruturais, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capitula procura identificar questões inerentes ao funcionamento do sistema internacional. Assim, busca-se primeiramente identificar os actores das relações internacionais, que no desenvolvimento das suas acções e interacções, criam o sistema internacional, ou seja, padrões de conduta nas suas relações mútuas. Por sua vez, esses padrões de conduta nos permite caracterizar a estrutura do sistema internacional que em função da distribuição do poder gera tendências relevantes no sistema internacional.

O segundo capítulo, caracteriza as relações de Angola com o sistema internacional, explica-se as condições em que Angola entrou para o sistema, qual foi a estratégia de Angola face as interacções apresentadas pelo sistema e como Angola conseguiu manter-se no mesmo face ao jogo praticado pelas potencias mundiais na busca de zonas de influencias. No entanto, fruto da interacção que Angola teve com o sistema, nos possibilitará identificar qual foi a posição deste país no sistema antes da assinatura dos acordos de paz de 4 de Abril de 2002.

O terceiro capítulo analisa o modelo de inserção de Angola no sistema internacional. Nele encontra-se identificado o modelo de inserção de Angola, a forma como Angola se movimentou no sistema a procura da inserção, mostra também, qual é a estratégia que tem utilizado para se projectar no contexto internacional e alcançar uma posição de destaque no mesmo. Porém analisou-se também que Angola não busca essa inserção com vista a garantir somente espaços de influências e poder no sistema internacional, mas sim procura criar relações internacionais construtivas.

## **CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

O presente capítulo tem como objectivo fazer uma análise sobre o funcionamento do sistema internacional. Nesta perspectiva, procurou-se, primeiramente identificar os actores das relações internacionais, que no desenvolvimento das suas acções e interacções, criam o sistema internacional, ou seja, padrões de conduta nas suas relações mútuas. Por sua vez, esses padrões de conduta nos permite caracterizar a estrutura do sistema internacional que em função da distribuição do poder gera tendências relevantes no sistema internacional.

### **1.1 Os Actores das Relações internacionais**

O rápido desenvolvimento da vida internacional originou a criação de novas entidades políticas, a extensão das actividades e dos interesses, a multiplicação dos centros autónomos de decisão a melhoria dos transportes e das comunicações. Por sua vez, esses factores, contribuíram para a complicação da conjuntura internacional que se traduziu no aumento quantitativo e qualitativo das relações internacionais.

Nesta perspectiva, as relações internacionais passaram a ser mais abrangentes. Segundo Maltez (2002: 56), elas já não são apenas as relações entre os Estados, mas também entre as pessoas privadas e os grupos. Para Moreira (2008:38) as relações internacionais são o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações directas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos. Na óptica de Santos (2003:11) as relações internacionais são o conjunto das relações ou dos fluxos sociais, de qualquer natureza, que atravessam as fronteiras e escapam ao controlo de um único poder estadual.

Sendo assim, pode-se entender as relações internacionais como o estudo sistemático das relações políticas, económicas, sociais e culturais desenvolvidas pelos diversos actores internacionais

Segundo Marques (2008:14), o actor internacional é o ente ou grupo social que actua na sociedade internacional e desempenha um determinado papel na mesma. Maltez (2002:161), afirma que o actor internacional é uma pessoa (individual ou colectiva) que exerce influência sobre os outros, goza de autonomia e consegue alcançar os seus objectivos

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o actor internacional é aquele que actua, desempenha e determina significativamente a condução das relações internacionais.

De acordo com Marques (2008:15), é importante salientar a diferença existente entre actor internacional e sujeito internacional. No primeiro caso estamos perante uma pessoa que tem capacidade de produzir acontecimentos internacionais em proveito próprio (Costa, 2008:28). No segundo caso, estamos perante uma pessoa com capacidade para possuir direitos e deveres internacionais, e com capacidade para defender seus direitos através de reivindicações internacionais. Assim, a entidade reconhecida pelo direito internacional como tendo tais capacidades é uma pessoa jurídica de direito internacional (Jan, 1997:71)

Portanto, o termo actor internacional refere-se directamente às Relações Internacionais, enquanto o sujeito internacional refere-se ao Direito Internacional. Desta forma, observa-se que o termo actor internacional é bem mais amplo que o termo sujeito internacional. Visto que todos os sujeitos reconhecidos pelo direito internacional (Estados e Organizações intergovernamentais) são actores internacionais mas nem todos actores internacionais são sujeitos internacionais porque muitos deles não são reconhecidos nem aceites pelo direito internacional, ou seja não têm personalidade jurídica internacional. Como é o caso das Organizações Não-Governamentais nascidas da sociedade civil que cortam os limites das fronteiras políticas, os poderes erráticos, designadamente qualificados de terroristas, que se confrontam com os Estados sem lhe reconhecerem superioridade, as instituições espirituais de vocação mundializante, como a igreja católica, que assumem a autoridade independente mesmo sem qualquer poder político, os indivíduos que de facto, ou de direito, assumem uma intervenção, não subordinada ao poder político, na vida internacional (Marques, 2008:15).

De facto, as relações desenvolvidas por esses actores acima mencionados, constituem as relações internacionais, e essas por sua vez podem ser divididas em duas categorias essenciais: relações internacionais pacíficas e relações internacionais conflituosas.

Porém, cada actor, em torno de um projecto específico insere-se, assim, num contexto que lhe impõe o contacto com outros actores semelhantes, também eles organizados e, eventualmente, portadores de projectos de realizações próprias. Independentemente da natureza das relações estabelecidas sejam pacíficas ou conflituosas, de competição ou colaboração, a coexistência dos grupos diferenciados evidencia a inevitabilidades dos

contactos. Ou seja, os actores internacionais são obrigados a estabelecer e a desenvolver relações entre si, independentemente do tipo, porque o mundo actual está cada vez mais interdependente e nenhum actor consegue sobreviver isoladamente.

Neste sentido, (Nye, 2002:225) esclarece que essa interdependência significa dependência mútua, e tem de ser bem analisada, porque ela pode existir em maior ou menor grau. Ou seja, nem sempre os Estados nas suas relações apresentam o mesmo grau de dependência, a sempre um Estado que tem um poder superior em relação ao outro, daí a sua intenção é sempre tirar maior proveito em relação ao outro. Brown e Ainley (2012:218) destacam que a interdependência entre as nações é complexa, nem sempre traz vantagens, eles salientam que o grande problema da mesma está na distribuição dos benefícios. Nye (2002:227) reforça o pensamento destes autores ao descrever que mesmo que os países interdependentes desfrutem de um ganho conjunto, pode haver conflito acerca de quem recebe mais ou menos do ganho conjunto.

A interdependência possui elementos cooperativos como competitivos, mas a verdade é que ela gera benefícios conjuntos e encorajam a cooperação. Por isso é que cada actor internacional, principalmente os Estados e as Organizações intergovernamental<sup>1</sup> que são o foco deste trabalho, devem procurar a melhor forma de se inserir e interagir neste mundo interdependente

Essas interacções, ou as acções e decisões de um Estado face à sociedade internacional, dão origem a política internacional. Magalhães (2005:23) analisa esta como as interacções dos diferentes Estados, ou seja, ela é o conjunto das diversas políticas externas nacionais, Anderson, (1996:15) saliente que ela é frequentemente classificada como anárquica porque os actores internacionais fazem dela um jogo onde a estratégia e o cálculo têm toda importância. Logo, cada actor dentro das suas competências vai procurar traçar e projectar a sua geopolítica e geoestratégia para a sobrevivência e ascensão no sistema internacional (Anderson, 1996:15).

---

<sup>1</sup>Os Estados e Organizações intergovernamentais, por serem actores e ao mesmo tempo sujeito internacional têm a obrigação de estabelecerem e promoverem acções internacionais que visam o desenvolvimento e a pacificação das relações internacionais.

## 1.2 Conceito de Sistema Político Internacional

Os actores internacionais, quer do ponto de vista individual como colectivo, agem de tal forma que é possível identificar padrões de conduta nas suas relações mútua e que podem ser descritos como sistemas. Essa dinâmica decorrente do conjunto das relações entre os actores internacionais, afecta significativamente o funcionamento do sistema, uma vez que os actores das relações internacionais são unidades do sistema internacional e têm condições para mobilização dos recursos que lhes permite alcançar os seus objectivos (Maltez, 2002: 56).

Deste modo, Sousa (2005:171) alega que um sistema é conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações interdependente entre a estrutura e o funcionamento. Embora haja uma grande complexidade na identificação dos sistemas devido a sua estruturação, a realidade é que eles variam em função do fenómeno em análise

Por exemplo, Nye (2002:38), descreve que os sistemas políticos nacionais são facilmente identificáveis por causa de referências institucionais ou estruturas claras como: o Presidente, o Congresso, o Parlamento e assim por diante, ou seja, pode-se considerar o sistema político nacional como uma organização que esteja sob uma autoridade efectiva que possui capacidade de tomar decisões sobre valores e prioridades através da política orçamental e de fazer cumprir as suas leis através da permanente possibilidade do recurso a sanções.

No entender de Dougherty e Pfaltzgraffjr (2003:46) o sistema político internacional é dificilmente identificável, pelo facto de ser descentralizado e anárquico. Ou seja, não existe uma arbitragem acatada para os conflitos de interesses, os valores e as leis e o poder se encontram tão descentralizado que cada unidade do sistema político internacional, prosseguindo os seus interesses privativos pode decidir quais normas que vai cumprir e quais as que vai ignorar

O sistema político internacional não é uma entidade orgânica com cabeça, tronco e membros, mas sim um processo, um imenso número de acções e interacções de seres, que tanto actuam individualmente como colectivamente através da sua pertença a uma pluralidade de combinações dinâmica, afirma Maltez (2002:161).

Couto (1988:19), definiu o sistema político internacional como um conjunto de unidades independentes de decisões políticas que interactivam com certa frequência e regularidade. Para Aron (2002:153), este sistema é constituído pelas unidades políticas que mantêm relações entre si e que são susceptíveis de entrar numa guerra geral. Martins (2003:28) vai dar mais sustentabilidade ao pensamento de Aron ao afirmar que o poder político ainda existe nos Estados e estes exercem as suas autoridades atendendo aos seus interesses. Em certas ocasiões, os Estados são violentos por não existirem mecanismos internacionais de coação, frequentemente os Estados tendem a fazer justiça por meios próprios.

Logo, esse comportamento dos Estados na busca da máxima satisfação conduz o funcionamento do sistema internacional numa situação de jogo, o qual pode ser encarado de duas formas distintas: jogo de soma zero e o jogo de soma positiva.

No primeiro caso temos um jogo em que o ganho de um Estado é caracterizado pela perda do outro, ou seja, um Estado fortalece o seu poder a nível internacional à custa do outro. No entender de Brown e Ainley (2012:196) os Estados procuram aumentar o seu poder, não só para obter maior segurança e vantagem económica, mas também para alcançar prestígio internacional. Esse comportamento dos Estados é frequente nas relações internacionais contemporâneas, na qual os mais fortes procuram cada vez mais desestabilizar os mais fracos com intuito de engrandecer cada vez mais o seu poder real (político, económico, militar, tecnológico e geográfico). Nye (2002:2) salienta que esse tipo de jogo assemelha-se a teoria realista das relações internacionais, onde o poder e o interesse nacional estão acima de tudo, por isso cada Estados na busca desses dois elementos desobedecem as normas de convivência internacional.

Os Estados mais fortes em vez de cumprirem com o seu papel que é o respeito pelas normas e os princípios morais universais, para que possamos ter um mundo desenvolvido, pacífico e unificado, são eles os principais violadores e desestabilizadores das normas de convivência internacional e do sistema internacional.

Já o jogo de soma positiva, não é caracterizado pela competição no sentido de que para um ganhar, o outro tem de perder. Neste tipo de jogo, os Estados são obrigados a olharem para os interesses não como um resultado que exige um compromisso na repartição dos ganhos, mas antes como uma situação em que ambas as partes podem

ganhar através da cooperação, este é um tipo de jogo que se revela, ao mesmo tempo distributivo e produtivo, e por apresentar essas características é defensor dos princípios estruturantes da teoria idealista das relações internacionais, privilegia a paz, a confiança entre os Estados, apela à cooperação, respeita as normas e instituições internacionais (Dougherty e Pfaltzgraffjr., 2003:723).

De facto, vimos que sistema político internacional é constituído por diversos actores internacionais, mas como diz Waltz (2002:135), os Estados continuam a ser os seus protagonistas, com grau de influência ainda superior aos demais nos assuntos internacionais. Por isso o comportamento dos mesmos, gera consequências positivas ou negativas no sistema, e as suas acções, podem ser vistas pela sociedade internacional como justas ou morais, quando visam pacificar e desenvolver o funcionamento do sistema político internacional, injusta ou imoral quando visam desestruturar ou desequilibrar o funcionamento do mesmo. Logo, eles têm de ser determinantes na sistematização e organização das relações existente no mundo.

### **1.3 Estrutura do Sistema Político Internacional**

A estrutura do sistema internacional representa o quadro em que os actores internacionais interagem uns com os outros. Deste modo, a estrutura do sistema internacional, é responsável pelo estabelecimento de padrões de interacção, os quais vão sendo alterados a medida que a estrutura muda (Dougherty e Pfaltzgraffjr., 2002:136).

Sendo assim, o sistema internacional pode apresentar as seguintes estruturas: unipolar, quando existe apenas uma potência preponderante; é bipolar, quando existem dois principais centros de poder, ou dois países; e finalmente, multipolar quando têm três ou mais centros de poder, mas nas estruturas onde coexiste um grande número de países aproximadamente iguais, falamos da distribuição dispersa de poderes (Nye, 2002:37). Para Dougherty e Pfaltzgraffjr (2002:156), a questão da polaridade refere-se ao número de actores e a distribuição de capacidades entre estes e, desta maneira, é um indicador da estrutura do sistema.

Os sistemas unipolares têm tendências a desaparecerem porque os Estados tentam preservar a sua independência exercendo pressão contra a potência preponderante, ou hegemónica, ou porque eventualmente um Estado em ascensão desafia o líder. Em sistemas multipolares ou de poderes dispersos, os Estados formarão alianças para

contrabalançarem o poder, mas as alianças irão ser flexíveis. Pode ocorrer conflito, mas estas serão de alcance relativamente reduzido. Em sistemas bipolares, as alianças tornam-se mais rígidas, o que por seu lado contribui a probabilidade de um grande conflito, talvez mesmo de uma guerra global. Os sistemas bipolares ou erodem ou explodem (Nye, 2002:39).

Com base na estrutura do sistema internacional, pode-se analisar e prever o comportamento dos actores e a sua propensão em relação à cooperação ou conflito, de acordo com Mansfield citado por Dougherty e Pfaltzgraffjr (2002:158), o conflito torna-se mais provável quando surgem desigualdades de poder entre os actores mais importantes. Deste modo, tanto o número de pólos quanto o nível de concentração de poder entre os actores que funcionam como pólos constituem determinantes cruciais no que toca à probabilidade do conflito acontecer.

Apesar do grande número de actores que constituem o sistema internacional, a realidade é que um número muito restrito de actores detém o poder, o domínio e a influência sobre o sistema internacional. Daí que o número de Estados pode continuar a aumentar nas Nações Unidas, mas o número de Estados que detêm o poder de decisão no sistema internacional não aumenta proporcionalmente, é só olharmos para a hierarquia de Estados (as potências) que se criou após a segunda guerra mundial, é a mesma que continua a prevalecer até aos dias de hoje.

As potências do sistema internacional, vistas como aqueles Estados que possuem interesses globais multifacetados e são capazes de os defender das mais variadas maneiras, em qualquer parte do mundo, sobretudo por meios ideológicos, político-militares e económicos (Alsina jr., 2009:8), nunca se sentem submetidos ao sistema do mesmo modo como uma empresa de dimensão média está sujeita às leis do mercado. A estrutura do sistema internacional é sempre oligopolista, ou seja, independentemente do contexto internacional, um número muito reduzido de Estados detêm o poder, o domínio e a influência sobre os demais. As potências internacionais determinam, em cada época, como deve ser o sistema, muito mais do que são determinadas por ele. Basta uma transformação do regime dentro de uma das potências principais para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais (Aron, 2002:28).

Qualquer que seja a configuração existente as unidades políticas formam uma hierarquia, mais ou menos oficial, determinada essencialmente pelas forças que cada uma é capaz de mobilizar. Numa extremidade estão as grandes potências, na outra os pequenos países, umas reivindicam o direito de intervir em todos os assuntos, mesmo naqueles que não lhes dizem respeito directamente, os outros têm como única ambição intervir na sua limitada esfera de acção, nos assuntos que lhes concernem de modo direito, e às vezes esses países por não disporem de poder e influência nas relações internacionais são obrigados a respeitar as decisões que foram aprovadas sem sua participação ou consentimento.

A ambição dos grandes Estados é modelar a conjuntura, a dos pequenos Estados, adaptarem-se a uma conjuntura que essencialmente não depende deles. É uma oposição muito simples, que traduz opiniões mais do que a realidade. A maneira como os pequenos Estados se adaptam à conjuntura contribui para dar forma a própria conjuntura (Aron, 2002:42).

#### **1.4 Tendências Relevantes do Sistema Político Internacional**

O sistema político internacional contemporâneo apresenta uma estrutura multipolar, nota-se com relevância à diversificação dos centros de poder e decisão a nível mundial. Assim, por um lado temos os Estados Unidos da América, a União Europeia e os BRIC`S (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). Por outro lado é cada vez mais visível a presença das ONG`s, as empresas multinacionais, as igrejas e os grupos de pressão a actuarem junto dos centros de poder e decisão.

Apesar desta multiplicidade de actores e a dispersão de poderes, os Estados continuam a ser os protagonistas do sistema internacional, e a questão da segurança pode não ser mais a única na pauta internacional, mas continua a ser o tema central e fundamental nas discussões internacionais. Contudo, o sistema internacional nos últimos tempos adquiriu um carácter de cooperação maior, mas ainda assim, tal cooperação é determinada muito mais pelos interesses dos próprios Estados do que por uma naturalidade do mesmo. Daí então que, o sistema internacional continua a ser o palco da política do poder por excelência, provocando assim determinadas tendências (Marques, 2008:30).

Pelo facto do sistema internacional ser caracterizado pela política do poder, o medo e a insegurança são identificados como uma das principais tendências do sistema

internacional. Nesta perspectiva, Brown e Ainley (2012:176), realçam que cada Estado determina os seus próprios objectivos (gerais e específico) no sistema, e sabe que o primeiro desses objectivos é a preocupação da sua sobrevivência no mesmo, não só no sentido físico que é a preservação da sua integridade territorial, mas também em termos de capacidade de determinar o seu próprio destino e modo de vida.

Mas, a capacidade de um Estado desenvolver essas acções (destino e modo de vida) pode ser mal interpretado por outros Estados, porque pode representar uma ameaça a sua integridade territorial. Por exemplo, os Estados sentem-se obrigados a manter os seus meios de autodefesa e a fazê-lo de uma maneira não só eficiente em termos de custo, mas também eficaz, o que por vezes envolve o aumento dessa capacidade. No entanto, a capacidade de alguém se defender é também, a maior parte das vezes, uma capacidade de agir ofensivamente. Seguindo o mesmo raciocínio que leva um Estado pacífico a manter e, ocasionalmente, a aumentar a eficácia das suas forças armadas, um segundo Estado pode ver isso como um acto potencialmente hostil (Anderson, 1996:322)

Para Tomé (2005:7) em muitas situações não é só a má interpretação das intenções que institui o medo e a insegurança nos Estados, mas também a anarquia vigente no sistema internacional. Muitos Estados, insatisfeitos com a sua posição na arena internacional, estão dispostos a utilizar os seus meios violentos da política externa para prejudicar outros. Essa prática é uma realidade constante no sistema internacional contemporâneo, porque até agora ainda não surgiu uma entidade com poderes suficiente para regulamentar a política internacional, daí que muitos Estados colocam os seus interesses acima de tudo agindo com base na fórmula maquiavélica de que os meios justificam os fins.

Para além dos Estados se preocuparem com as acções dos outros Estados, existem forças internas que também geram medo e insegurança no seio do próprio Estado. No olhar de Santos (2010:1) essas forças podem assumir um carácter invisível como o terrorismo, a explosão demográfica, as drogas, a máfia, a proliferação de armas de destruição maciça, os fanatismos religioso, o SIDA, o crime organizado, o efeito estufa, a desertificação, as grandes migrações, as crises financeiras e outras, para as quais, por serem de origens imprecisas e mal esclarecidas, levam a desestabilização do Estado e simultaneamente do sistema internacional.

Sendo assim, nota-se que os Estados como actores primordiais do sistema internacional, são obrigados a prestar atenção as relações de poder que existem no mundo, e devem ajustar continuamente a sua posição no sistema de acordo com a leitura do poder dos outros Estados e do seu próprio poder, de forma a se proteger da insegurança latente no sistema

A globalização, também é vista como outra tendência que afecta o funcionamento do sistema internacional. Costa (2010:14) menciona que esta é vista como o processo da crescente interdependência entre todos os povos do mundo, sob efeito da aceleração das trocas comerciais, do desenvolvimento das novas tecnologias (de informação e comunicação) e dos meios de transportes. Logo, ela representa uma profunda redefinição dos papéis, das possibilidades, das potencialidades, das vulnerabilidades e dos riscos no mundo que vem transformando a própria natureza das relações e dos actores internacionais.

Por esses motivos, Santos (2008:48) menciona que este processo tem diluído as fronteiras tradicionais, tem aumentado as interdependências e as interacções entre os actores do sistema internacional, tem intensificado os processos e as actividades que fazem do mundo cada vez mais um único lugar.

Neste panorama, Mariano (2009:124) alega que a globalização provoca a transferência de competências dos Estados para esferas supranacionais, regionais ou mundiais. Como o Estado é incapaz de, por si só, resolver ou ter capacidade de resposta perante todo o tipo de solicitações e exigências, seja ao nível do desenvolvimento e do bem-estar, da segurança e da estabilidade ou do ambiente, da justiça e dos direitos humanos, tende a cooperar ou associar-se com outros Estados ou organizações internacionais para obter esses fins, aceitando por isso partilhar responsabilidades, competências e soberania.

O mesmo autor, descreve ainda que fruto do processo de globalização, as fronteiras dos Estados tornaram-se cada vez mais permeáveis há trocas e aos intercâmbios comerciais, intelectuais, culturais, de pessoas, bens e serviço. Ou seja a globalização tende a construir pontes e a destruir fronteiras entre os Estado, dando uma nova apreciação a noção de espaço.

Sendo assim, nota-se que a globalização é um fenómeno que gera diversas mudanças, e por não possuir um conteúdo preciso, e procurar abranger uma realidade muito

complexa embaraça o funcionamento dos Estados e concomitantemente o sistema internacional (Martins, 2003:404).

Por último, temos a proliferação e o aprofundamento dos processos de integração regional como tendência do sistema internacional. Sousa (2005:121) ressalta que esta prática é fruto da complexidade da vida internacional, e os Estados buscam alternativas para ultrapassar as suas dificuldades.

Entretanto, por imperativos da paz e da estabilidade, essencialmente motivados pelos interesses económicos ou em virtude dos constrangimentos do próprio processo de globalização, muitos Estados aceitam cooperar entre si perdendo frequentemente poderes sobre as quais tinham exclusividade<sup>2</sup>, associando-se em organismo de carácter regional.

Esse organismo de carácter regional será então entendido como um processo em que vários Estados pertencentes a uma determinada região vão decidir unir esforço no sentido de resolverem determinados problemas. Todavia, o resultado final dessa união de Estados é a criação de uma nova comunidade política que possui jurisdição sobre os preexistentes Estados nacionais. A esse processo, também se pode chamar integração regional. No entender de Nye, citado por Ferreira (2006: 111), o regionalismo, refere-se a acção de um número limitado de Estados, ligados por uma relação geográfica e por um grau de interdependência, podendo as unidades regionais distinguirem-se de acordo com o nível e o âmbito do processo de integração, pelo formalismo da estrutura organizacional e pelo grau de interdependência política.

Portanto, a proximidade territorial ou geográfica tem sido o principal critério para a formação de novas organizações, tanto políticas, como económicas. Mas a similitude cultural, religiosa e até mesmo política podem estar na base da emergência de comunidades económicas denominadas regionais (Ferreira, 2005:111).

As organizações regionais têm múltiplos objectivos, que vão desde a liberalização comercial, mais que podem ser extensíveis à liberalização do investimento, a gestão de conflitos económicos, de reestruturação económica interna ou mesmo integração

---

<sup>2</sup> Neste tipo de organização, os Estados partilham a sua soberania, ou seja, Os Estados em vez de desaparecer, adquirem uma nova lógica de operação, onde seu poder é limitado frente à organização que representa a região.

política. No entanto, quer a liberalização comercial seja o objectivo final ou um meio para atingir outro objectivo, o desenvolvimento do regionalismo constitui uma característica crucial do sistema internacional (Costa, 2010:164).

Marques (2006:60) salienta que o regionalismo tem uma vocação para aproximação das legislações e das políticas económicas internas dos Estados, isto é que lhe difere das demais formas de organização internacional. Marques, (2006:66) reforça este pensamento ao afirmar que a integração regional é um processo evolutivo, que atravessa diversas fases e assume várias formas: zona de comércio livre; união aduaneira; mercado comum; integração económica total; união política.

Com os avanços dados pela integração europeia, tem-se assistido com frequência a proliferação de blocos regionais, cada qual reunindo um conjunto de países geralmente vizinhos ou territorialmente próximos entre si, podemos destacar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Zona de Livre Comércio do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Fórum de Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC). Existem ainda muitos blocos regionais<sup>3</sup> que devido a sua fraca organização não foram mencionados, mas que de facto têm mobilizado esforços no sentido de aprofundar o seu regionalismo (Tomé, 2005:20).

De facto, essa nova geopolítica dos blocos regionais tem levantado algumas inquietações no campo das relações internacionais. Para autores como Brown e Ainley (2012:243) o regionalismo enfraquece o multilateralismo. Pois esses advogam que esta prática dos Estados agruparem-se em blocos regionais, tende a criar um espaço regional limitado para a entrada de outros actores não pertencentes a região, logo essa atitude é contra os princípios do multilateralismo que apela a cooperação entre todos Estados sem discriminação.

Na óptica de Prazeres (2007:247), o regionalismo contribui para o multilateralismo. Pois os Estados ao agruparem-se em blocos regionais, devem ter noção dos compromissos multilaterais. Além disso, o regionalismo emana do multilateralismo, é só olharmos para a Carta das Nações Unidas, no seu capítulo VIII, artigo 52, vamos notar que ela dá primazia ao regionalismo, afirmando que nada impede a existência de

---

<sup>3</sup> É o caso das organizações regionais africanas, como por exemplo a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade de Estados da África Central (CEEAC).

organizações regionais desde que as tais organizações regionais e suas actividades sejam compatíveis com os princípios e objectivos das Nações Unidas.

O mesmo autor, fundamenta ainda que o regionalismo não surgiu para substituir o multilateralismo, mas muitos Estados recorrem ao regionalismo devido a incapacidade que o multilateralismo tem em atender certas situações. Entre elas se destacam: questões de defesa e segurança; desafios comuns decorrentes uma base geográfica (migração, transporte, energia); acesso privilegiado a mercados; aumento do poder de barganha dos Estados nas negociações e potenciar a inserção internacional.

Assim, nota-se que o multilateralismo seria incapaz de proporcionar esses benefícios acima mencionados, devido a sua abrangência (números de Estados) e funcionalidade (a forma como as decisões são tomadas) que nem sempre corresponde as aspirações de determinados Estados.

Mas nos últimos tempos se tem notado a aproximação de blocos regionais, com intuito de concertarem algumas questões concernente ao comércio e a segurança. Nesta senda poderemos assistir ao longo do tempo a fusão de determinados blocos regionais, e essa prática de facto só virá dar mais consistência ao multilateralismo, que pode ser reforçado pela via do regionalismo.

Sendo assim, conclui-se que o rápido desenvolvimento das relações internacionais, contribuiu para a multiplicidade dos actores internacionais e ao mesmo tempo para complexidade da vida internacional. Mas, apesar desta dinâmica, os Estados continuam a ser ainda os principais actores das relações internacionais, daí que as suas acções e decisões em relação ao domínio externo influenciam de maneira significativa o funcionamento do sistema internacional.

Observou-se também que o sistema internacional, por não ter uma entidade com capacidade e poder para regulamentar o conflito de interesses entre as suas unidades, apresenta um funcionamento anárquico porque os Estados que são as principais unidades, praticam acções e tomam decisões que acham conveniente. Ou seja, cada Estado elabora a sua geopolítica e geoestratégia com a finalidade de satisfazer os seus interesses e fortalecer cada vez mais o seu poder real, transformando o funcionamento do sistema internacional num jogo de soma zero

Notou-se também, que são as potências mundiais que comandam o sistema internacional, logo elas são as principais infractoras do mesmo, e são sempre elas que procuram maximizar o seu poder e minimizar a capacidade dos outros Estados. Este comportamento, gera determinadas tendências que transformam cada vez mais a vida internacional e leva os Governos a repensarem e a implementarem novas formas de sobrevivência e convivência no sistema internacional, como alternativa para superar as suas dificuldades e manter-se no mesmo.

## **CAPÍTULO II: RELACIONAMENTO DE ANGOLA COM O SISTEMA INTERNACIONAL**

O presente capítulo tem como objectivo, fazer uma abordagem sobre o relacionamento de Angola com o sistema internacional. Deste modo, pretende-se analisar as condições em que Angola entrou para o sistema, qual foi a sua estratégia face as interacções apresentadas pelo sistema, e como conseguiu manter-se no mesmo face ao jogo praticado pelas potências mundiais na busca de zonas de influências. Assim, fruto da interacção que Angola teve com o sistema, nos possibilitará identificar qual foi a sua posição no sistema antes da assinatura dos acordos de paz de 4 de Abril de 2002.

### **2.1 Da Independência ao Reconhecimento pela Sociedade internacional**

Angola é um país que foi colonizado por Portugal durante 493 anos. Correia (1991:29) refere que os portugueses durante a sua permanência em Angola, sempre tiveram de se confrontar com a rebeldia ou com a insubmissão de grupos autóctones, que posteriormente bem organizados, com objectivo bem definido e com uma identidade nacional identificada, transformaram-se em Movimentos de Libertação Nacional<sup>4</sup> e lançaram-se na luta pela independência.

Deste modo, Zau (2009:221) alega que foi na sequência da queda do regime de Marcelo Caetano e após o chefe de Estado português, General António de Spínola ter proclamado o direito das colónias à autodeterminação e a independência, em 27 de Julho de 1974, foi assinado o cessar-fogo em Angola em Outubro de 1974. Posteriormente, a 15 de Janeiro de 1975, os três movimentos de libertação assinaram com Portugal os Acordos de Alvor<sup>5</sup>, após terem previamente estabelecido, na conferência de Nakuru (Quénia), uma plataforma de entendimento, a 3 de Janeiro de

---

<sup>4</sup>Surgiram em Angola três Movimentos de Libertação Nacional, que jogaram um papel fundamental para a independência de Angola. Entre eles destacam-se Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para Independência de Angola (UNITA).

<sup>5</sup>Este acordo, pautava-se no reconhecimento dos três movimentos nacionalistas como legítimo representante do povo angolano e regulava outras questões como: a data e a forma em que se devia processar a independência de Angola, o ordenamento constitucional que deveria vigorar durante o período de transição até ao momento da transferência do poder

1975 na qual os três líderes dos movimentos nacionalistas comprometeram-se a cooperar para a paz e preservar a integridade territorial de Angola. Neste quadro de reconciliação nacional para independência entrou em funções um Governo de transição, a 31 de Janeiro de 1975, envolvendo o Governo português, o MPLA, FNLA e a UNITA. Porém, as diferentes correntes ideológicas e as antigas rivalidades inviabilizaram o seu funcionamento. Seguiram-se acções armadas, que levaram a FNLA e a UNITA a abandonarem o governo de transição. Com o aproximar da data da independência, as confrontações foram-se alastrando por todo território angolano e a 26 de Junho de 1975, a direcção do MPLA proclamou resistência popular generalizada.

Em Setembro de 1975 foi desencadeada uma invasão pelo norte, a partir da ex República do Zaire (actual República Democrática do Congo), em que participaram unidades regulares do exército zairense, mercenários e forças da FNLA, no sentido de chegarem a Luanda, antes de 11 de Novembro e impedirem a proclamação unilateral da independência pelo MPLA. Estas forças atingiram a proximidade de Luanda e, após violentos combates, foram travados na zona do kifangondo pelos guerrilheiros do MPLA, apoiados por tropas do exército cubano que, entretanto haviam chegado a Angola poucos dias antes da data da independência, na sequência de um pedido de ajuda por parte deste movimento. Porém, em Outubro de 1975, tropas regulares Sul-africanas, em articulação com as tropas da UNITA, já haviam invadido Angola pelo Sul e, depois de ocuparem várias cidades e vilas, progrediram rapidamente em direcção a Luanda, sendo impedidas de o fazer a escassos 200km da capital, pela coligação de tropas do MPLA e do exército regular cubano (Zau, 2009: 222).

A 10 de Novembro de 1975, sem que procedesse à transferência formal de poderes, o alto-comissário e as demais autoridades portuguesas em Angola abandonaram o país. O processo de descolonização, iniciado com o Governo de transição havia assim chagado ao seu final. Silva (2002: 31) afirma que foi nesta conjuntura política e militar que as zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, o Presidente do MPLA, Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola, que adoptou a denominação de República Popular de Angola (RPA).

Segundo Martins (2003:59), este facto foi um acontecimento muitíssimo importante, porque consagrou a ruptura dos seus vínculos de subordinação política e dotou este

novo país de poderes que não reconhece igual na ordem interna nem superior na ordem externa.

Mas é fundamental realçar que o alcance da independência não é tudo, o Estado independente precisa exercer os seus direitos de soberania, que só será permitido quando esse for reconhecido por outras entidades dotadas de personalidade jurídica internacional.

Portanto, Soares (1996:205) declara que o reconhecimento internacional é um acto unilateral e livre pelo qual um Estado manifesta ter tomado conhecimento da existência do outro, como membro da sociedade internacional. O mesmo autor prossegue com seu pensamento ao descrever que esse reconhecimento é que abona personalidade jurídica internacional, ou seja, que atribui a capacidade para a apresentação de reclamações sobre violações ao direito internacional, que dá a capacidade para celebrar tratados e acordos validos no plano internacional, que dá o direito de gozar privilégios e imunidades internacional e para participar nas organizações intergovernamentais. Do mesmo modo que o reconhecimento atribui aos Estados a capacidade de gozar os seus direitos, também lhes obriga a cumprir com certos deveres. Brownlie (1997: 30) realça que a partir do momento que um Estado é reconhecido internacionalmente deve respeitar o princípio do consentimento, da reciprocidade, igualdade de Estados, carácter definitivo das decisões arbitrárias e das resoluções de litígios, validade jurídica dos acordos, boa-fé, jurisdição interna e liberdades dos mares, preservação da paz e da segurança internacional, promoção da cooperação internacional. Em suma, os deveres dos Estados na cena internacional estão consubstanciados nos princípios gerais do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

No entanto, Silva (2002:32) descreve que após a independência de Angola, o MPLA assumiu-se como a única força dirigente da nação, e tinha o domínio de todos órgãos<sup>6</sup> do Estado. Esta atitude levada a cabo pelo MPLA em ignorar as outras partes constituintes do conflito angolano (UNITA, FNLA), mergulhou o país numa autêntica guerra civil com grande componente externa, conforme Vidal e Andrade (2007:98)

---

<sup>6</sup> Para uma informação mais detalhada sobre esta questão, ver o Artigo 2º da Lei Constitucional da República de Popular de Angola de 11 de Novembro de 1975

explica, esse conflito, não foi dos angolanos, mas sim das potências que procuravam cada vez mais expandir as suas ideologias. Deste modo os Estados Unidos fornecia apoio incondicional a União Nacional para Independência de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), enquanto a União Soviética fornecia apoios ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com a presença destas forças no território nacional iniciava-se uma guerra entre angolanos com uma forte componente militar estrangeira. É óbvio que o movimento que conseguisse depor ou eliminar o outro, tinha que cumprir com as orientações provenientes da potência que o ajudou a tomar o poder.

Todo engajamento das condicionantes externas em Angola foi uma consequência da guerra fria, ou seja, da disputa entre o bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o bloco do Leste liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que procuravam expandir cada vez mais as suas zonas de influência na África Austral. Recorde-se que o período das independências nesta região, a guerra fria, se encontrava no seu auge, logo nenhuma das potências queria perder a influências nesta região africana.

O relacionamento entre essas duas potências era rígido, Mendes (2010:2) enfatiza que neste período, toda e qualquer iniciativa tomada por uma das potências, visando ampliar a sua margem de segurança e poder, era encarada pela potência rival como ameaça directa e vital, que exigia resposta simétrica. Assim, a insegurança transforma-se em factor decisivo das relações internacionais, originando um movimento contínuo de cada um dos antagonistas tendente a reforçar seu próprio poder. Essas interacções arrastaram o sistema internacional numa situação de bipolaridade, onde todos aspectos da vida internacional gravitavam em volta destes dois pólos, e cada um dos centros de poder procurava alargar a sua zona de influência, expandir a sua ideologia, o seu modelo político e económico com vista a se fazer triunfar ou enfraquecer o seu oponente<sup>7</sup>.

Deste modo, o País e o Governo foram reconhecidos nos primeiros dias após a independência por vários Estado<sup>8</sup>. De facto esses reconhecimentos, credibilizaram a

---

<sup>7</sup>As confrontações entre as potências eram caracterizadas como um jogo de soma zero.

<sup>8</sup> Com base nas informações colectadas no Jornal de Angola do dia 13 de Novembro de 1975, p.2, os primeiros países a reconhecerem a independência de Angola são: República Federal do Brasil, República Popular do Congo, União Soviética, República Popular de Moçambique, Guiné-bissau, São Tomé e

entrada de Angola na cena internacional, porque eles atribuíam competências externas ao Governo, ou seja, capacidade de interagir no sistema internacional. É fundamental recordar que neste período (1975) o mundo estava dividido em dois blocos antagónicos, e o Governo angolano estava atento a geopolítica e a geoestratégia praticada naquela período e decidiu alinhar-se ao bloco socialista, porque este o ajudou a conquistar e a manter o poder e concomitantemente viabilizou a sua entrada no sistema internacional. Se repararmos, a maioria dos países que reconheceram a independência de Angola eram alinhados da União das Republicas Socialistas Soviéticas, excepto o Brasil<sup>9</sup>.

Perante este cenário, os Estados pequenos e médios não tiveram outra opção senão alinhar-se a um dos pólos para se manterem no sistema, daí que as acções e decisões desenvolvidas no seio de um dos pólos, não surtiam efeitos no outro pólo ou era rapidamente respondido por outras acções e decisões com vista a bloquear o desenvolvimento do outro. Foi nesta perspectiva que o reconhecimento internacional passou a ser utilizado como uma arma da competição política internacional.

Segundo Moreira (2008:345) esta prática de usar o reconhecimento internacional como uma arma da competição política internacional permaneceu durante muito tempo, pelo facto de qualquer Estado ser livre de reconhecer ou não um Estado que aparece na sociedade internacional. O mesmo autor fundamenta ainda que não existe uma uniformidade ou regra segundo o qual o reconhecimento deve ser concedido ou negado.

Diante desta situação, Brown e Ainley (2012: 159) dizem que muitos Estados demoram a reconhecer os novos Estados por inúmeros motivos (prudência diplomática, divergência ideológica, vontade de obter contrapartidas), mas outros Estados, avançam com o reconhecimento prematuro para forçarem os outros Estados a reconhecerem o novo.

---

Príncipe, Cabo Verde, Guine Conacry, República Democrática Alemã, Ilhas Maurícias, Mali, Mongólia, Polónia, Hungria, Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Etiópia, Mauritânia, Argélia, Dinamarca, Jugoslávia, Roménia, Somália, Vietname, Marrocos, Senegal, Libéria, Jugoslávia

<sup>9</sup> Este país, embora não pertencendo ao bloco socialista, decidiu de forma unilateral reconhecer a independência de Angola, foi o primeiro país a fazê-lo. Este facto gerou muitas polémicas, pois os EUA recomendavam a todos seus alinhados a não reconhecerem a independência de Angola, Mas o Brasil defendeu que em função das afinidades históricas, culturais e interesses económicos identificados na região decidiu reconhecer a independência de Angola

É o caso dos Estados Unidos da América e os seus alinhados do bloco Ocidental que no período da guerra fria se recusaram reconhecer o Estado<sup>10</sup> e o Governo angolano. Brownlie (1997:105), nos ajuda a entender essa problemática, ao explicar que o não reconhecimento de um Estado ou Governo, pode assentar em duas facetas legais: a de que não se trata de um Governo em termos de independência e eficácia (uma faceta que afecta necessariamente a qualidade do Estado); ou a de que o Estado que não reconhece não está disposto a manter relações com o Estado em causa, condicionando o seu reconhecimento pelo carácter do regime político implementado pelo governo.

Nesta explicação adiantada por Brownlie, identifica-se que os outros países recusaram o reconhecimento de Angola como sujeito internacional, por questões políticas, pois este país tinha uma população permanente, possuía um território definido e um Governo, ou seja, tinha as condições necessárias para qualidade de Estado. Pelo facto de optar por uma ideologia que era oposta aos princípios defendidos pelos ocidentais, esses países resolveram não reconhecer Angola. Como vimos anteriormente, a bipolaridade era tão rígida que não aceitava reconhecer nenhuma acção proveniente do outro pólo, assim pelo facto de Angola assumir-se como alinhado do bloco socialista, o bloco oposto decidiu não reconhecer a independência de Angola.

Portanto, os países que reconheceram a independência de Angola, não só ficaram pelo reconhecimento, mas também manifestaram através de um acto declarativo a vontade de estabelecerem relações diplomáticas a fim de iniciarem um intercâmbio político, económico e cultural para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Diante deste desafio, o Governo angolano teve que preparar a sua política externa para se relacionar com outros Estados.

Deste modo, Freire (2010:287) destaca que a preparação da política externa de um Estado é condicionada pelo seu processo de tomada de decisão, pela natureza do sistema político, pela personalidade dos seus governantes, pelos recursos disponíveis e pela natureza do sistema internacional.

---

<sup>10</sup>Brownlie (1997:104) menciona que a existência de um governo efectivo e independente é a essência da qualidade de Estado, sendo significativo que o reconhecimento de Estados possa assumir a forma de reconhecimento de governos.

É neste contexto que o MPLA, Partido que definia os objectivos e tarefas a se realizar pelo Estado, elaborou um programa onde se encontrava identificado os princípios orientadores da política externa angolana nos primeiros anos de independência. Entre eles se destacavam<sup>11</sup>:

1. Salvaguardar a independência e a integridade territorial;
2. Respeito pelos princípios das Cartas da ONU e da OUA;
3. Reforço da amizade e do desenvolvimento da cooperação com os países socialistas;
4. Solidariedade e apoio aos movimentos de libertação nacional;
5. Coexistência pacífica com os Estados de orientação capitalista;
6. Relações de boa vizinhança com os países limítrofes.

Com base nestes princípios, o Governo da República Popular de Angola preparava-se para interagir com outros actores internacionais, pois estes princípios tinham como finalidade defender os seus interesses no sistema internacional. Assim, Almeida (2009:3) salienta que a defesa da independência nacional, a soberania na tomada de decisões e a preservação da integridade territorial face os conflitos que assolavam o país, eram considerados na altura como interesses prioritários.

Silva (2002: 23) explica que apesar de Angola alcançar a independência e ser reconhecida por vários Estados, a sua independência e integridade territorial continuava ameaçada por causa de três factores. O primeiro é a forma como se processou a independência em Angola. Neste país, houve três movimentos de libertação, que apesar de terem o mesmo objectivo que era a independência de Angola, tiveram origens étnicas distintas, várias inclinações ideológicas e diferentes vínculos a forças políticas externas. Como vimos anteriormente, com a proclamação da independência e com o MPLA no poder, a guerra em Angola ganhou novos contornos, assistiu-se a participação de forças estrangeiras no território angolano a lutar ao lado dos movimentos outrora vencidos (UNITA, FNLA) com objectivo de derrubar o Governo no poder.

O segundo é a forma como o Governo assumiu o poder. Os movimentos nacionalistas, ambiciosos na conquista do poder político, desencadearam uma guerra entre si, com vista à tomada do poder. Infelizmente, o Acordo de Alvor foi desrespeitado quase

---

<sup>11</sup>Para mais informação consultar os documentos da 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, do dia 23 a 29 de Outubro de 1976, pag. 50 a 55.

imediatamente e o conflito entre o MPLA, FNLA e a UNITA intensificava-se e era agravado pelo envolvimento das potências estrangeiras. Assim o MPLA que assumiu o poder com ajuda da URSS, adoptou um regime monopartidário e afirmou-se como a única força política do país, esta prática gerou muitos constrangimentos e só criou mais reservas para o engrandecimento do conflito.

O terceiro era o jogo das potências mundiais na busca de maiores zonas de influências, pois este território devido a sua posição estratégica e económica era muito cobiçado. Assim, com base nos dois primeiros factores, os EUA e a URSS desenvolveram acções no sentido de colocarem neste território um Governo que seria favorável as suas ideias e orientações, fazendo deste território um campo de batalha da guerra fria

Perante este cenário, o Governo angolano não mediu esforços, procurou empregar todos meios necessários para preservar no sistema o seu interesse principal que era a sua independência e a integridade territorial.

Ainda dentro daquilo que são os princípios orientadores da política externa angolana, o Governo procurou estreitar mais as suas relações com a União Soviética e os seus aliados, automaticamente mostrou-se disponível para dar continuidade a luta contra o domínio colonial em África, particularmente na África Austral, através de apoios aos movimentos de libertação da Namíbia e do Zimbabué, bem como na luta contra o apartheid na África do Sul. Segundo José (2011:196), foi neste contexto que surgiu, em 1975 os Países da Linha da Frente<sup>12</sup>, que mais tarde, em 1980 viria a se transformar em Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC)<sup>13</sup> que posteriormente com a eliminação do Apartheid e a independência da Namíbia, se Transformou em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992.

---

<sup>12</sup>Os países da Linha da Frente eram constituídos por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. Estes países coordenavam esforços, recursos e estratégias relativamente aos movimentos de libertação da África Austral que lutavam contra o colonialismo, racismo e a dominação branca.

<sup>13</sup>Para além dos países que constituíam a linha da frente, juntou-se o Lesoto, Malawi, Suazilândia, Zimbabué. Estes países manifestaram o seu compromisso a prossecução de políticas que visavam à libertação económica alicerçada num desenvolvimento integrado sustentado das suas economias, e acima de tudo isolar internacionalmente o regime do Apartheid.

Por outro lado, o Governo angolano passou também a implementar a filosofia de acção do bloco socialista face ao bloco capitalista. Ou seja, Angola se opunham resolutamente ao capitalismo, do seu monopólio económico e político, bem como as outras formas de fazer prevalecer a sua hegemonia no sistema internacional. Com base nesta conjuntura, Vidal e Andrade (2007:292) afirmaram que a prioridade da política externa angolana para o desenvolvimento das suas relações diplomáticas nos primeiros anos após a sua independência eram os países socialistas da Europa, da Ásia, da América Latina, os países progressistas de África. De facto, era o jogo da bipolaridade, em que as potências procuravam cada vez mais expandir as suas esferas de influências e Angola não esteve de fora, este Estado teve que se adaptar ao sistema para sobreviver e preservar o seu interesse.

Mas, apesar das agitações que caracterizavam o funcionamento do sistema internacional naquela época, o Governo angolano no domínio externo continuou agir em conformidade com os princípios da Carta da Organização Unidade Africana (OUA) e da Carta das Nações Unidas. O país, respeitava o princípio da reciprocidade, da igualdade de Estados, da soberania, solidarizava-se com os povos oprimidos, com os movimentos de libertação nacional e apoiava à luta armada conduzida pelos mesmos na conquista dos seus direitos. Foi assim, que conseguiu a 12 de Fevereiro de 1976 o reconhecimento como membro da OUA, actual União Africana (UA) e posteriormente, através da Resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas nº379 de 22 de Novembro de 1976, tornou-se também membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, o Governo angolano para além de obter o reconhecimento internacional por parte dos Estados, também conseguiu o reconhecimento de organizações internacionais. Ribeiro e Ferro (2004:9) dizem que é fundamental o Estado participar nas organizações internacionais, porque elas são ferramentas fundamentais para o funcionamento do sistema internacional. É nelas onde os Estados se encontram para concertarem problemas que afligem o mundo, é nelas onde o diálogo não se esgota independentemente da gravidade da situação e são elas que cobrem todos os aspectos que são objecto de cooperação.

Portanto, a adesão de Angola nessas organizações, constituiu uma vitória diplomática porque nessa altura, o país procurava o maior número de reconhecimento possível e a sua aceitação por parte destas instituições internacionais permitiu o país participar nos fóruns de diplomacia continental e internacional. Essa acção veio fortificar mais a presença de Angola no sistema internacional,

## **2.2 Evolução das Relações Externas de Angola no Contexto da Bipolarização**

Apesar de Angola ser um Estado reconhecido e aceite pela sociedade internacional, se deparava com muitas dificuldades, e muitas delas eram provenientes da conjuntura internacional que era marcada pela bipolarização. É o caso da guerra angolana em que se assistiu as potências mundiais (EUA, URSS) a apoiarem e a influenciarem o conflito com objectivo de conseguirem o acesso ou o controle deste território. Anstee (1996: 37) concorda com esta opinião salientando que não há dúvida de que a luta interna entre angolanos poderia ter terminado muito mais cedo, e não teria alcançado dimensões tão horríveis se este pedaço de propriedade tão desejável não se tivesse tornado um peão da luta entre as potências pelo domínio da África Austral.

Esta guerra, constituiu um obstáculo ao desenvolvimento socioeconómico de Angola. Zau (2009:221) destaca que ela devastou os campos, deteve o desenvolvimento, destruiu infra-estruturas fragmentadas, dizimou muitas vidas, mutilou e incapacitou para sempre muitas pessoas e provocou a fuga apressada de milhares de refugiados pelas fronteiras para o Zaire, actual RDC e para a Zâmbia.

A situação era tão preocupante e o Governo angolano notou que país não podia continuar a ser o parque de diversão da Guerra-Fria. Sendo assim, começou a desenvolver um processo de negociação para a paz em Angola. Segundo Silva (2000: 62), a negociação é uma actividade que coloca em interacção diversos actores que, confrontados simultaneamente com as divergências e as interdependências, escolhem procurar de modo voluntario uma solução mutuamente aceitável. Daí que ela tem vindo assumir uma relevância verdadeiramente crucial na gestão dos diversos conflitos que ocorrem nos múltiplos níveis da realidade social.

Foi com base neste pensamento que o Governo angolano apercebeu-se que para resolução dos seus problemas, teria que criar uma plataforma negocial que envolvesse todas as partes constituintes do conflito angolano.

E no desenrolar do processo negocial, o Governo angolano verificou que não podia encontrar nenhuma solução para paz em Angola sem que, primeiro afastasse os actores externos que influenciavam e até mesmo patrocinavam a guerra. Por isso Silva (2002:43) destaca que a remoção dos intervenientes externos foi essencial para a resolução do conflito angolano.

Neste contexto, Governo angolano, por meio de negociações começou a coexistir pacificamente com outros Estados de orientação capitalista com intuito de encontrar uma solução para paz em Angola e ao mesmo tempo na África Austral.

Importa recordar que neste período, o sistema político internacional apesar de continuar bipolar, apresentava flexibilidade nas interacções entre as potências. Nunes (1996:154) esclarece que nos fins dos anos 1970 e nos princípios de 1980 os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, atenuaram as suas políticas de contenção e de corrida aos armamentos, adoptando políticas de desanuviamento consubstanciadas em intensos períodos de conversações relativas a limitação de armas estratégicas. Esse desanuviamento não se processou somente no campo militar, estendeu-se até ao campo diplomático, na qual as potências envolvidas em conflito mostraram vontade em solucionar diversos conflitos regionais onde elas estavam envolvidas indirectamente.

Face a este processo emitido pelo sistema internacional, o Governo angolano procurou intensificar as tentativas de solução da guerra por meio de negociações. É com base nesta visão que Vidal e Andrade (2007:293) mencionaram que as relações de Angola com o sistema internacional no período de 1975-1991 foram intensas, especialmente com as Nações Unidas, Cuba, União Soviética, Comunidade Económica Europeia e com a Organização da Unidade Africana, tendo também ocorrido, encontros com vários Subsecretários de Estado para Assuntos Africanos dos EUA, na tentativa de resolução da questão da independência da Namíbia e da retirada das tropas cubanas de Angola.

José (2011:11) dá ainda mais sustentabilidade ao comentário acima apresentado ao afirmar que o Governo angolano, nas suas interacções com o sistema internacional sempre procurou defender o seu interesse e manter-se no sistema, foi com base neste sentimento que conseguiu no período de 1980/1989 um acordo importantíssimo para preservação dos seus interesses.

Este acordo foi fruto das negociações desenvolvidas para a paz na África Austral, entre os Governos de Angola, África do Sul, Cuba e EUA, foi assinado no dia 22 de Dezembro de 1988 em Nova Iorque, pelos três chefes da diplomacia: Afonso Vandumem por Angola; Isidoro Malmierca, por Cuba; e Roelof F. Botha pela África do Sul, sendo os EUA, ao tempo da administração do presidente Ronald Reagan, mediador deste processo. Este acordo, conhecido como acordo de Nova Iorque, visava a independência da Namíbia, com a conseqüente retirada das tropas sul-africanas daquele território e também, da província angolana do Cunene. Em contrapartida, as tropas cubanas passavam a se retirar de forma faseada de Angola, de acordo com um calendário que decorreu entre Março de 1989 e Julho de 1991 (Zau, 2009:223).

De facto, neste acordo, estava a fórmula para retirar os elementos externos que influenciavam o conflito regional na África Austral e, concomitantemente, a guerra em Angola. Com a assinatura dos Acordos de Nova Iorque ficou afastado um dos principais perigos para a soberania e a integridade territorial de Angola, que era, por um lado, a presença de forças estrangeira no território angolano e, por outro, as constantes violações do território angolano por países vizinhos, patrocinados e treinados pelas potências rivais.

No entanto, Patrício (1997:26) salienta que enquanto tudo isso acontecia, ou seja, enquanto se resolvia o conflito na África Austral, a paz não se tinha propriamente instalado em Angola. Mas o Governo angolano, se comprometeu na altura que a faria todos os esforços na resolução da questão interna, logo que desaparecessem os elementos externos da questão angolana, isto em Franciville, no Gabão, numa reunião entre os chefes de Estado do Gabão, Angola e do Congo, a 1 de Outubro de 1988.

Neste contexto, Nunes (1996:158) afirma que a década de 1990, foi um período de grandes mudanças, devido o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Este acontecimento veio alterar de maneira significativa a estrutura e o funcionamento do sistema internacional. Por isso Dias (2006: 36) descreve que neste período o sistema internacional deixou de ter uma estrutura bipolar devido à ausência da URSS e passou a ter uma estrutura unipolar, onde os Estados Unidos da América com a maior economia do mundo, maior capacidade científica e tecnológica, maior poderio militar, assumiu-se como único centro de poder e decisão a nível internacional.

Sendo assim, Gomez (2009:30) refere que os EUA, passou a ser a potência dominante do sistema, e esta posição lhes permitiu estabelecer as normas e regras das quais deveriam assentar a nova ordem internacional. Dias (2006:38) afirma que o factor caracterizador do fim de uma determinada ordem internacional e o início de uma nova ordem é uma alteração súbita da relação de forças que caracterizava a ordem finda, por isso quando se verifica uma abrupta alteração da relação de forças no sistema internacional pode-se dizer que estamos perante à uma nova ordem internacional. Deste modo, Jr. Cruz (2008:6) salienta que a ordem internacional nascida na década de 1990, estava associada ao universalismo dos valores professados predominantemente pelos Estados, que eram a democracia liberal e a economia de mercado. Este autor, descreve também que pelo facto dos EUA se tornar potência hegemónica, estabelecia e muitas vezes impunha que todos Estados deveriam implementar o seu modelo (político e económico) de governação.

Perante essa situação, muitos Estados que eram alinhados da URSS, tiveram que efectuar mudanças nas suas políticas (interna e externa) com o intuito de manter a sua presença no sistema. Foi o caso do Governo angolano, que diante destes acontecimentos internacionais, não teve outra opção senão adaptar-se ao sistema. Essa adaptação, visava de um lado procurar mecanismos para a resolução do conflito interno que devastava o país, por outro lado procurar mecanismo que assegura-se a sua presença no sistema internacional, uma vez que a potência (URSS) que assegurava a sua permanência no sistema tinha desmoronado.

Contudo, de modos a encontrar uma solução para os seus problemas, o Governo angolano conseguiu a 31 de Maio de 1991 a assinatura do Acordo de Bicesse. Anstee (1996: 37) revelou que este acordo, transformou profundamente o sistema político, económico e social do país. Sendo assim, Angola tornou-se num Estado democrático de direito, consagrou vários direitos fundamentais e princípios básicos de uma Economia de mercado<sup>14</sup>.

Essas transformações, também viriam a surtir efeito no relacionamento de Angola com o sistema internacional, daí que a sua política externa sofreu ligeiras alterações na sua elaboração e execução.

---

<sup>14</sup> Para mais informações consultar os princípios fundamentais da Lei Constitucional da República de Angola de 16 de Setembro de 1992.

Assim, a República de Angola continuou a respeitar e aplicar os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, da Carta da Organização da Unidade Africana, do Movimento dos Países Não-Alinhados. Por outro lado, passou estabelecer relações de cooperação e amizade com todos os países do mundo com base nos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, reciprocidade de vantagem e não ingerências nos assuntos internos de cada país, continuou apoiar e a solidarizar-se com a luta dos povos pela sua libertação nacional, mas não aderiu a qualquer organização militar internacional, nem permitiu a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional<sup>15</sup>.

De facto, estava aqui reformulada a política externa angolana com a finalidade de enfrentar a nova ordem internacional. Portanto até ao ano de 1992, Vidal e Andrade (2007:293) afirmam que Angola passou a ter relações políticas e diplomáticas com todos os países do mundo, excepto os Estados Unidos da América.

Patrício (1997:151) explica essa situação ao afirmar que a política dos EUA para Angola foi formulada quase que exclusivamente em função da Guerra-Fria, daí que ela permaneceu não só durante a mesma, mas também após a mesma. A intenção norte americana em Angola era instalar um Governo que servisse os seus interesses, eles sempre desconfiaram do Governo no poder, que era o MPLA pelo facto de este ter sido um aliado da URSS, mesmo as mudanças efectuadas (adesão a democracia e a economia de mercado) os EUA continuava a patrocinar a UNITA para alcançar o poder, daí que eles não reconheceram o Governo angolano após a guerra fria, e tudo faziam para derrubar lhe do poder.

Perante estas tensões diplomáticas, houve a necessidade do Governo angolano criar estratégias para aproximar-se a este país, pois os EUA nesta altura tinha o poder, o domínio e a influência sobre o mundo e o funcionamento do sistema internacional dependia muito das suas decisões e acções do mesmo. Por isso é que Jr. Cruz (2008:6) afirmou que nenhum outro país ou actor internacional disporia de melhores recursos ou condições para fazer valer seus interesses no sistema internacional, sobretudo no campo da segurança, das finanças e do comércio do que os próprios EUA.

---

<sup>15</sup>Ver a Lei Constitucional da Republica de Angola de 16 de Setembro de 1992, artigo 15, 16, 17.

Logo, não havia lógica ter um adversário desta dimensão, pelo contrário seria necessário ter um parceiro desta dimensão. Foi assim que, com base na geopolítica dos recursos naturais, o Governo angolano conseguiu estabelecer os primeiros contactos com EUA. Ou seja, o facto de Angola apresentar uma gama diversificada de recursos naturais (petróleo e diamante) fundamentais para o engrandecimento do poder norte-americano, foi fundamental para o relacionamento dos dois Estados. Nesta perspectiva, Patrício (1997:152), realça que apesar das relações conflituosas entre Angola e os EUA, nenhuma das grandes empresas norte-americanas que operavam em Angola na época das desavenças diplomáticas foi afectada. Este autor advoga ainda que foi através dessas empresas que foi possível manter elos de contacto que foram fundamentais para aproximação e remoção de todas as cláusulas impeditivas do normal relacionamento diplomático entre os dois países. Contudo, na década de 80, o fluxo comercial entre Angola e EUA foi mais de um bilhão de dólares, sendo Angola um dos principais parceiros económicos dos EUA na África subsaariana.

Vidal e Andrade (2007:293) salientam que o facto das primeiras eleições multipartidárias ocorridas em Angola, terem sido consideradas livres e justas pela representante do Secretário-geral da ONU, a Senhora Margareth Anstee, e a UNITA não ter aceiteado a derrota eleitoral e ter recomeçado com a guerra civil<sup>16</sup>, foi determinante para que o Presidente Bill Clinton, então recém-eleito, declarasse o reconhecimento do Governo de Angola pelos EUA, a 19 de Maio de 1993.

No entanto, com o reconhecimento dos EUA, Angola passou a ter relações políticas e diplomáticas com todos os países do mundo. Esta foi mais uma vitória para o Governo

---

<sup>16</sup>Segundo Anstee, (1996: 38) os acordos de Bicesse só se teriam concluído com a realização e aceitação das eleições livres e justas, democráticas e multipartidárias, sob observação internacional. Mas na realidade não foi isso que aconteceu, Comerford (2005:11) descreve que nas eleições parlamentares, o MPLA ganhou uma maioria absoluta com 53.7% do voto, a UNITA recebeu 34% e outros partidos pequenos ficaram com 12%. Eduardo dos Santos foi votado em 49.6% e Jonas Savimbi com 40.1% nas eleições presidenciais. Como nenhum candidato ganhou uma maioria absoluta, uma segunda ronda de votação foi necessária entre os dois candidatos mais votados, mas não foi isto que aconteceu, porque após as eleições, o líder da UNITA recusa os resultados eleitorais divulgados e evocando fraude que não especificava, de imediato abandona o processo eleitoral que não haveria terminado, retira-se para o Huambo com intuito de continuar com a guerra para alcançar o poder.

angolano que na altura procurava soluções para resolver o conflito armado que assolava o país, este reconhecimento trouxe uma nova dinâmica no relacionamento de Angola com o sistema internacional visto que nesta altura todas as linhas diplomáticas cruzavam Washington devido a sua posição no sistema.

### **2.3 Acção Externa do Governo Angolano na Busca da Paz**

Após Angola ser reconhecida por todos os países do mundo e apresentar disponibilidade para estabelecer e desenvolver relações diplomáticas com os mesmos, notou que havia necessidade de redefinir a sua política externa, porque os seus interesses que eram salvaguardar a independência e a integridade territorial estavam a ser consolidados, então tinha que identificar novos interesses já que passou a interagir com novos Estados.

Diante desta problemática, Gomes (2006:63) realça que os Estados devem actualizar os seus interesses nacionais em função das alterações do enquadramento internacional, daí que eles devem captar os sinais emitidos pelo funcionamento do sistema para manterem a sua posição.

Assim, o Governo começou a elaborar e a implementar estratégias com vista alcançar a paz que na altura era o interesse de todos os angolanos. Desta feita, no uso das suas competências e atribuições constitucionais, declarou-se capaz de exercer as medidas legais e militares para combater a UNITA, tendo esta recusado o diálogo, a mediação ou outro meio de solução pacífica de conflito.

Nesta perspectiva, o Governo angolano adoptou uma nova política externa, orientada para contenção da UNITA, não só a nível continental, mas também a nível global. Silva, (2002:202) realça que esta tarefa não foi fácil porque a UNITA era um movimento que detinha poder, embora não institucional e internacionalmente reconhecido, mas poder de facto: ocupava território, coordenava órgãos políticos e administrativos, tinha um aparelho militar bem constituído, controlava estruturas produtivas e tinha representações diplomáticas.

Entre 1993 a 2002 a estratégia diplomática angolana consistiu em angariar apoio internacional para combater a ala militarista da UNITA, conseguindo levar as Nações Unidas a introduzirem uma serie de sanções contra a mesma, nomeadamente: a

proibição de aquisição de equipamento militar e produtos petrolíferos, o bloqueio de viagens ao exterior do país para os seus membros, o encerramento dos seus escritórios no exterior, restrições a deslocações aéreas e marítimas para as zonas por si controladas, congelamento das suas contas bancárias e proibição da exportação directa ou indirecta de diamantes ilegalmente extraídos em Angola<sup>17</sup>.

Apesar do Conselho de segurança das Nações Unidas implementar essas sanções contra a UNITA, a verdade é que elas continuavam a ser violadas, todavia este movimento insistia em fazer a guerra para obter o poder pelo meio da força. Mas, a situação militar ganhou novos contornos com a correlação de forças, isto é, as forças governamentais começaram a ganhar uma apreciação em relação às forças rebeldes, no plano internacional uma nova dinâmica foi empreendida pelo Comitê de Sanções quando em Janeiro de 1999 o Embaixador do Canadá nas Nações Unidas, Robert Fowler, assumiu a presidência do referido Comitê<sup>18</sup>. Segundo Silva (2002:164) o objectivo principal destas novas iniciativas eram por um lado à redução da capacidade militar da UNITA e por outro lado, encorajá-la a cumprir com as suas obrigações decorrentes do Protocolo de Lusaka.

Em função destas atitudes, as forças rebeldes começaram a entrar num clima de frustração e perderam a noção daquilo que eram os seus objectivos, cometendo actos de barbaridade contra civis indefesos para reivindicarem a sua causa.

Com base nestas acções, o Governo angolano levou uma campanha diplomática junto do sistema internacional com o intuito de mostrar ao mundo o que se passava no país, e tão rapidamente organismos internacionais como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a Organização das Nações Unidas e a Comunidade Europeia, repudiavam a atitude da UNITA e condenavam firmemente os seus actos belicistas, exortando-a a pôr termo às acções contra civis, a respeitar o Protocolo de Lusaka e a empenhar-se seriamente na procura da paz através de acções concretas<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 864/1993, 1127/1997, 1173/1998.

<sup>18</sup> O Comitê começou com uma série de iniciativas direccionadas ao aumento da eficácia das sanções impostas contra a UNITA pelo Conselho de segurança.

<sup>19</sup> Consultar o Jornal de Angola de 27 de Agosto de 1997, p 6

A situação em Angola ganhou novos contornos com os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, o Governo da República de Angola condenou firmemente os actos terroristas perpetrados contra vários alvos nos EUA e o Presidente José Eduardo dos Santos, ressaltou que “o recurso a actos desta natureza cobarde e traiçoeira cria um clima de caos, desconfiança e insegurança, afecta o ambiente de paz e altera o funcionamento do sistema internacional. Assim, neste momento de dor e sofrimento do povo americano, o Governo de Angola, em nome do povo angolano que a muito sente na pele os efeitos devastadores deste tipo de actos cruéis e gratuitos, manifesta-lhe a sua solidariedade”<sup>20</sup>

Este pronunciamento do Presidente de Angola foi importante, pois nesta altura, o terrorismo estava no topo da agenda internacional e a sociedade internacional estava a evidenciar esforços para levar acabo um combate sem tréguas contra o mesmo. Deste modo, os países passaram a assumir uma postura mais firme contra grupos que praticavam ataques contra as populações e civis. De tal modo, a UNITA não escapou dessa, a ONU, voltou a condenar os ataques rebeldes contra civis, afirmando que a UNITA está a afirmar-se como uma organização terrorista e apelava aos membros do Conselho de Segurança a manter as sanções até que estar convencida que a UNITA acata as suas resoluções que exigem o fim dos combates e uma solução pacífica para o conflito<sup>21</sup>.

O Presidente dos EUA, George W. Bush, através de um comunicado feito pela Casa branca, prorrogou as sanções impostas pelo seu país contra a UNITA, por mais de um ano, considerando que este movimento continua a representar uma ameaça à paz e a segurança internacional<sup>22</sup>

No dia 28 de Setembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adoptou a Resolução 1373, nos termos de aplicação da Carta da ONU. Esta resolução tinha como finalidade obrigar os países membros a bloquearem as fontes de apoio financeiro, logístico a grupos terroristas. Os 15 membros do CSNU votaram a favor da resolução que ameaçava com sanções os países membros que negarem a cooperar na luta anti-terrorista.

---

<sup>20</sup> Jornal de Angola de 12 de Agosto de 2001, p.5

<sup>21</sup> Ver o Jornal de Angola de 22 de Agosto de 2001, p.7

<sup>22</sup> Jornal de Angola de 26 de Agosto de 2001. P. 6

De facto todos esses acontecimentos internacionais só vieram dar mais consistência naquilo que era a luta do Governo angolano na procura da paz, ao passo que do lado da UNITA, só veio prejudicar a reputação quer do líder da UNITA, como a imagem do partido, pois as sanções aplicadas pela Sociedade internacional isolaram a UNITA dos seus parceiros e reduziu de forma extrema a sua capacidade militar e diplomática, e tão rapidamente assistiu-se o desaparecimento físico do seu líder a 22 de Fevereiro de 2002 tombado em combate.

Com esta estratégia de contenção da UNITA a nível continental e mundial, o Governo angolano conseguiu alcançar o seu objectivo, que era isolar diplomaticamente a UNITA e obrigar-lhe a assinar os acordos de paz.

Mas, esta estratégia, acabou por impedir que a diplomacia angolana assegurasse o básico em diplomacia que é gerir a imagem internacional do país. Para um entendimento mais amplo sobre esta questão, Freire (2011: 16) fundamenta que a política externa se preocupa em primeiro lugar com a manutenção da independência e da segurança dos Estados e depois, com a promoção e protecção dos seus interesses económicos, isto é intimamente relacionado com políticas de ajuda económica a nações estrangeiras, os seus esforços para difundir a ideologia e os valores nacionais no exterior e o apoio às missões de intercâmbio cultural e científico. Para Almeida (2009: 11) o Governo angolano, nas suas acções externas, tinha a paz como uma prioridade na definição do seu interesse. Assim, enquanto ela não fosse alcançada, o Governo não adicionava outros interesses, daí que a imagem de Angola no contexto internacional não teve promoção

Com base nestas fundamentações de Freire e Almeida, podemos entender o porquê a imagem internacional de Angola ter sido tão ofuscada na sociedade internacional. Vidal e Andrade (2007: 303) destacam ainda que Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Global Witness e a Humam Right que trabalhavam na área de transparência e boa governação produziam relatórios acusando o Governo angolano de corrupção e de má gestão das receitas petrolíferas. De facto, a diplomacia angolana por nada ter feito a favor da gestão da sua imagem, acabou por afectar a actual capacidade de mobilizar recursos para sua reconstrução. Isto porque a campanha levada a cabo por ONGs conseguiram alcançar a mobilização da opinião pública dos seus países e do Ocidente

em geral, para que estas impedissem as suas respectivas classes políticas a ponderarem com muitas reservas qualquer tipo de ajuda a Angola.

Sendo assim, nota-se que o posicionamento de um Estado no sistema internacional, depende muito da maneira como o seu Governo formula e executa a sua política externa. Segundo Rodrigues (2012:18), essa política externa visa projectar os interesses e objectivos internos para o campo externo. Logo, o Governo angolano até ao período da assinatura dos acordos de paz, teve como interesse primordial a defesa da sua independência e integridade territorial, que na luta para a concretização do mesmo direccionou toda a sua força diplomática num único sentido, que era para o alcance da paz. Porém, o relacionamento político e diplomático que Angola teve com outros países, não era consagrado para promover as potencialidades do país, não era aplicado difundir culturas e ideias a nível internacional, nem cultivado para o desenvolvimento do seu tecido económico, social e cultural, mas sim para procurar junto destes parceiros internacionais mecanismos que ajudassem a trazer a paz e a estabilidade em Angola.

Daí então que a posição de Angola no sistema internacional tinha sido sempre defensiva, o objectivo deste País era vencer sobrevivendo, mas do que gerando qualquer contributo ou alteração no respectivo sistema. Ou seja, o país sempre procurou defender aquilo que é considerado objectivo primário da política externa, a sua agenda era tão restrita que apenas se dedicava a procurar soluções para paz, dificilmente era convidado para participar nos grandes eventos internacionais e nem conseguia atrair grandes investimentos nem parceiros para o seu desenvolvimento.

Finaliza-se este capítulo, alegando que Angola, marcou a sua entrada no sistema internacional com a proclamação da sua independência, a partir desta altura o país começou a interagir com outros Estados, visto que o sistema internacional é um imenso processo de acções e interacções de actores que actuam na busca da sua pertença.

Notou-se também, que a entrada e a permanência de Angola no sistema não foi fácil devido a estrutura e o funcionamento que caracterizava o sistema naquele período. Assim, o Governo angolano teve adaptar-se as frequentes mutações geradas pelo funcionamento do sistema, e alinhar-se a parceiros que garantissem a sua segurança bem como a sua permanência no mesmo.

Com a realização deste objectivo, o Governo angolano direccionou as suas atenções para questão interna, pois a guerra e a instabilidade política em Angola ainda eram visíveis, e nesta altura, as interacções no sistema internacional estavam mais viradas para a paz, para cooperação e o desenvolvimento.

Assim, o governo angolano captou esses sinais emitido pelo sistema e junto do mesmo procurou meios para solucionar o seu conflito. Isto é isolando diplomaticamente e militarmente a UNITA que recusava o diálogo, a mediação ou outro meio de solução pacífica de conflito. Com base nas acções externas na busca da paz, o Governo conseguiu alcançar a mesma no dia 4 de Abril de 2002.

Assim sendo, nota-se que a relação de Angola com o sistema internacional, foi sempre desenvolvida no espírito da paz e da guerra, ou seja, esse país sempre procurou junto do sistema soluções que o ajudassem a resolver o seu conflito, daí que desde a sua independência até ao alcance da paz, o Governo teve sempre uma postura defensiva no sistema, onde a protecção da sua independência e integridade territorial constituíram sempre os seus interesses no sistema.

## **CAPÍTULO III: MODELO DE INSERÇÃO DE ANGOLA NO SISTEMA INTERNACIONAL**

Este capítulo tem como objectivo, analisar o modelo de inserção político de Angola no sistema internacional. Nele encontra-se exposto o modelo que Angola utiliza para projectar-se no sistema internacional, em seguida, apresenta-se os objectivos que este modelo de inserção pretende alcançar e posteriormente identifica-se a estratégia e os instrumentos de acção que Estado angolano tem adoptado para conquistar espaços no sistema internacional.

### **3.1 Identificação do Modelo de Inserção de Angola**

Nas relações internacionais, pode-se identificar o modelo de inserção internacional de um Estado, através da maneira como os Governos elaboram e executam as suas políticas externas. Deste modo, Sousa (2005:119) refere-se que o Estado nas suas acções e decisões em relação ao domínio externo, procura dominar e influenciar o comportamento dos outros actores internacionais de modo a alcançar uma posição de destaque no sistema internacional. Estas acções e decisões desenvolvem-se de diversas formas, que bem analisada, esquematizada e sintetizada ajuda-nos a compreender e a identificar o modelo de inserção internacional.

Sendo assim, Recupero (2009:15) define o modelo de inserção internacional como a representação formal de ideias sobre políticas externa que uma entidade utiliza, ou pretende utilizar para conquistar mais espaço no sistema internacional (regional, continental, mundial) com intenção de executar com flexibilidade necessária as políticas e estratégias de desenvolvimento mais adequadas aos seus objectivos políticos, económicos e socioculturais.

Proença Jr e Duarte (2003:2) dizem que existe vários modelos (políticos, económicos, militares e culturais) para um Estados conquistar espaço no sistema internacional, o que lhes identifica é a acção. Daí que Almeida (2009:3) afirma que os modelos de inserção internacional podem ser activos ou passivos.

Este autor esclarece a sua afirmação ao dizer que o modelo de inserção internacional é activo, quando o Estado coordena esforços políticos, económicos, sociais e culturais para influenciar a composição da agenda internacional e tenta moldar, pelo menos em

parte, a tomada de decisões no âmbito global. Por outro lado, o modelo de inserção internacional é passivo, quando um Estado desenvolve esforços no sentido de preservar a sua posição.

Nye (2004:27) vem dar mais sustentabilidade a afirmação acima apresentada, ao alegar que tanto no modelo de inserção internacional activo como no passivo, os Estados praticam dois tipos de acção: o poder duro (Hard Power) e o poder brando (Soft Power).

O autor diz que o primeiro caso está ligado a perspectiva de que os Estados praticam as suas acções e decisões de acordo com suas capacidades de coerção e indução, impondo sanções diretas a seus opositores por meio da força ou de ameaças. Nessa primeira concepção enquadram-se tanto a esfera militar como a económica. Já no segundo caso prevê que os Estados praticam acções que priorizam os meios de atração e estabelecimento de agendas comuns, nas quais os cursos emblemáticos das acções e decisões passam a ser as instituições, os valores, as culturas e as políticas.

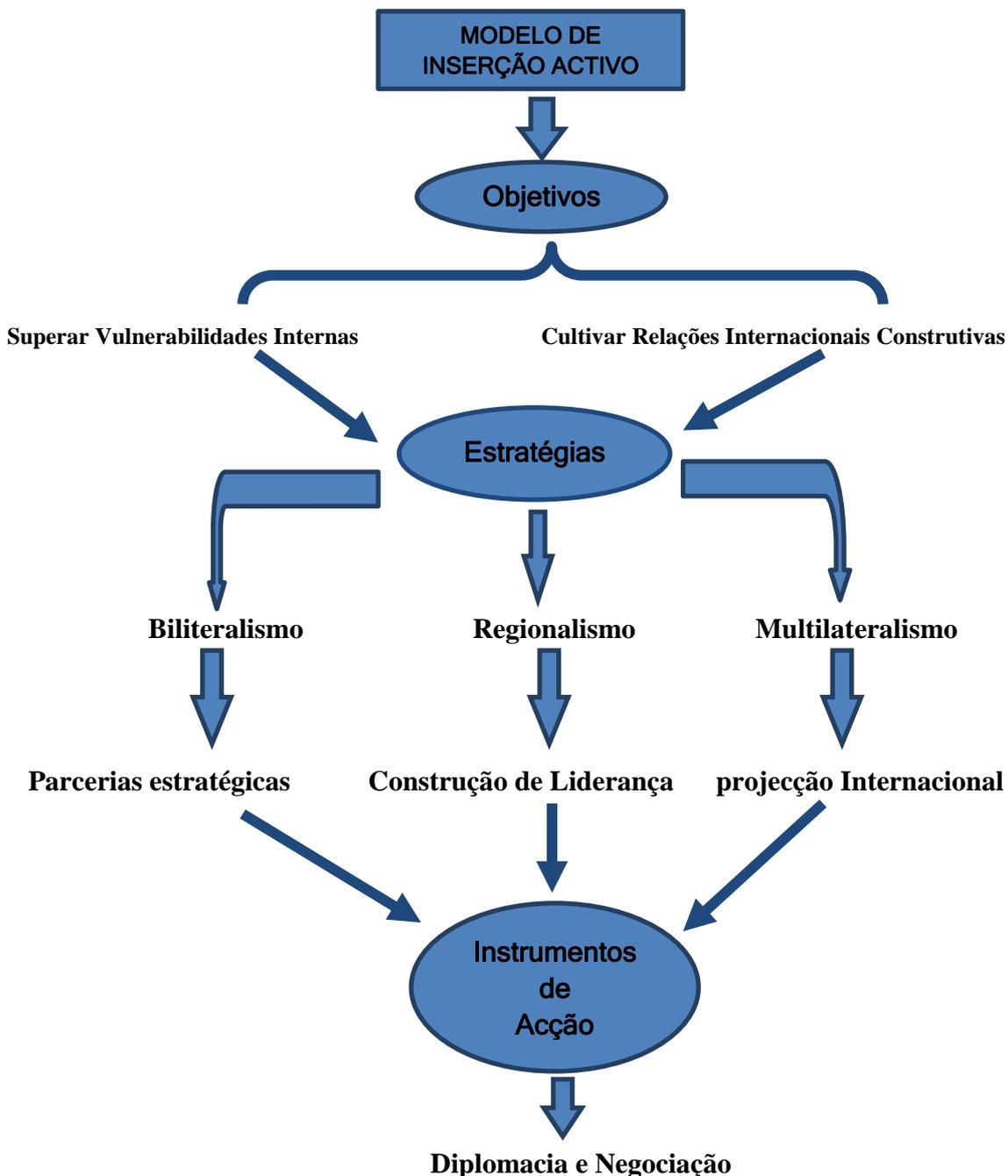
Segundo Pecequillo (2004:41) a diferença entre os dois tipos de prática reside no fato de que o poder duro (Hard Power) privilegia o uso da força e pode ser sentido com facilidade através de acções e decisões como: a coerção; a dissuasão; as sanções económicas; a pressão militar e a guerra. Em contrapartida, o poder brando (Soft Power) tem a sua base na atracção e no convencimento, é intangível e não é percebido claramente na prática, porque as suas acções e decisões repousam na negociação, na diplomacia bilateral e multilateral, na parceria estratégica, no desenvolvimento e na paz.

Assim, cada Estado em função das características que possui, elabora e executa o modelo de inserção internacional que achar conveniente para projetar-se no sistema internacional. Porém, A República de Angola não escapa a esta dinâmica, pois ela é parte integrante do sistema internacional e interage no mesmo na busca da sua máxima satisfação.

Segundo Trindade (2006:67) este país durante muitos anos teve dificuldades em projectar-se no sistema devido o conflito armado que viveu. Por isso é que o seu modelo de inserção era passivo porque destinava-se somente em proteger a sua independência e a integridade territorial. Com a transição da guerra para paz, outros interesses nacionais

foram surgindo<sup>23</sup>, e para satisfação dos mesmos o Governo angolano teve que redefinir o seu modelo de inserção. Ou seja, teve que optar por um modelo de inserção activo.

### Esquemas do Modelo de Inserção de Angola no Sistema Internacional



Fonte: Elaborado pelo Autor

<sup>23</sup> Como: a reconstrução do país; o desenvolvimento da cooperação; diversificação dos interesses; aumento da participação na vida internacional e o desejo de assumir uma posição de proeminência no sistema.

Segundo a Agenda Nacional de Consenso<sup>24</sup> (2004:20) este modelo permite o país coordenar esforços no sentido de alargar a sua cooperação com os demais membros do sistema internacional para manutenção de um ambiente de paz, de segurança e da estabilidade, com vista o desenvolvimento económico, social e cultural.

Na execução deste modelo de inserção internacional, o Governo angolano tem utilizado a prática do poder brando (Soft Power) que através da negociação, diplomacia e valores políticos tem gerado resultados positivos. Segundo Silva (2010:3) estes instrumentos têm legitimado o modelo de inserção de Angola no sistema internacional. O mesmo autor, é de opinião que os Estados devem procurar inserir-se no sistema com base nos princípios do Direito Internacional Público e não em conveniências imediatas, devem abraçar as causas correctas, devem liderar pelo exemplo e assim fortalecer o seu poder de persuasão e influencia no cenário internacional pela via da negociação e por mecanismos legais.

Para Angola, este modelo de inserção tem dois objectivos fundamentais: o primeiro consiste em encontrar possibilidades no ambiente internacional para colmatar as vulnerabilidades internas.

Nesta senda, Barros (2006:74) assinala que o fim da guerra deixou o País devastado principalmente no que toca às infra-estruturas<sup>25</sup> e pessoas<sup>26</sup>. Assim, o Governo angolano começou a desenvolver esforços no sentido de alargar a sua cooperação e encontrar parceiros que o ajudassem a reconstruir o país.<sup>27</sup> Nash (2007:9) concorda com esta acção

---

<sup>24</sup>Este documento reunia um conjunto de ideias e estratégias apresentadas por todos angolanos para a consolidação da Nação, a reconciliação nacional e o progresso económico e social do país.

<sup>25</sup> Estradas danificadas, caminhos-de-ferro totalmente inoperantes, com pontes e linhas destruídas, e a funcionar somente em cerca de 10% da sua extensão; barragens danificadas; redes de transporte de energia eléctrica com os postes derrubados; condutas de águas esventradas e inutilizadas; escolas, postos de saúde, fabricas, armazéns, lojas, escritórios, igrejas e habitações danificadas, terrenos agrícolas minados.

<sup>26</sup> Centenas de milhares de angolanos refugiados e deslocados; dezenas de milhares de estropiados e mutilados; um número incalculável de traumatizados mentais; milhares de órfãos e viúvas de guerra.

<sup>27</sup>Angola necessita reconstruir a sua infra-estrutura física, tem que criar instituições democráticas capazes de proporcionar serviços públicos, tem de enfrentar os problemas de transparência que têm atormentado a sua governação, precisa reduzir a pobreza e o desemprego, deve desenvolver recursos humanos por meio

desenvolvida pelo Governo angolano e afirma que a sociedade internacional, através da ajuda internacional<sup>28</sup> deve participar no processo de reconstrução nacional angolano. O autor salienta ainda, que nenhum país do mundo se desenvolveu isoladamente após um conflito, pelo contrário, nessas situações houve sempre ajuda internacional.

Entretanto, Conde (2009:23) afirma que o Governo angolano tentou organizar uma conferência dos países doadores para ajudar a situação humanitária e a reconstrução nacional. Segundo Pereira (2009:11) esta actividade não se realizou devido as divergências que o Governo angolano teve com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por um lado o FMI subordina o seu apoio à existência de um programa negociado que lhe garanta um ano de bom desempenho e a sua supervisão das finanças de Angola. Por outro lado o Governo de Angola resguarda-se das exigências do FMI de transparência, boa governação e reformas estruturais.

Essa divergência gerou consequências graves para Angola, pois os países ocidentais e os doadores internacionais interpretaram o conflito como uma falta de intenção do Governo em assumir e cumprir compromissos para a implementação de políticas macroeconómicas necessárias às reformas estruturais, assim retraíram-se na oferta de assistência destinada à recuperação das infra-estruturas angolanas.

Para além dos impasses realizados entre as partes acima mencionada, a sociedade internacional, olhava para Angola com péssimos olhos, pois esse país tinha uma má imagem internacional, Comeford (2005:105) assinala que os meios de comunicação internacionais como Escritório das Nações Unidas para a Coordenação das Ajudas Humanitárias (OCHA); programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Global Witness; HumanRight emitiam relatórios sobre a situação política, económica e social em Angola. Porém, a corrupção, o desrespeito pelos direitos humanos e a pobreza eram as principais manchetes nos seus relatórios. Estes impasses prejudicaram a realização da conferência dos doadores, mais o Governo afirmou que não ficaria de braços cruzados a aguardar que ela se concretize. Logo teve adoptar outra estratégia para angariar fundos para a sua reconstrução

---

de educação e formação, reavivar os sectores não-petrolíferos da economia, promover a reconciliação nacional

<sup>28</sup> Essas são ajudas, prestadas por entidades públicas ou privadas e compreendem sempre a forma de doação, empréstimos, investimentos directos e indirectos.

O segundo objectivo deste modelo de inserção, consiste em cultivar relações internacionais construtivas.

Angola, nas suas relações externas, não pretende somente satisfazer os seus interesses e projectar-se internacionalmente, pretende acima de tudo estabelecer relações que fortificam, que pacificam e desenvolvem o sistema internacional, por isso procura adequar os seus interesses aos interesses gerais humanidade, os que se prendem, de resto, com a concepção de uma sociedade internacional orgânica e juridicamente organizada, entre eles se destacam a manutenção da paz, a defesa do direito internacional, a instauração de uma ordem internacional justa, a salvaguarda do ambiente à escala planetária, o combate à fome e ao subdesenvolvimento.

Estes objectivos tornaram a o modelo de inserção angolano mais activo, porque o Governo tinha que procurar soluções no ambiente externo para tirar o país daquela posição que se encontrava. Para materialização dos objectivos estabelecidos no modelo de inserção internacional, o Governo angolano escolheu uma estratégia de inserção assente em três pilares: bilateralismo, regionalismo e multilateralismo. Estes três pilares devem ser empregues de forma sistemática, pois a sua combinação gera vantagens absolutas.

### **3.2 As Relações Bilaterais na Busca da Parceria Estratégica**

As relações bilaterais têm sido um meio na qual muitos Estados têm utilizado para se projectarem no sistema internacional. Sousa (2005: 27) defende que estas relações baseiam-se em políticas conjuntas adoptadas por dois Estados ou organizações, relativamente a relações comerciais, de defesa e diplomáticas. Fernandes (1998: 22) fundamenta que as relações bilaterais nem sempre corresponde a políticas activas e directas de cada participante em relação ao outro, mas frequentemente resulta de condicionantes internas, externas, conjunturais e estruturais.

É nesta perspectiva que muitos Estados, em função dos progressos registados nas relações bilaterais, e os importantes laços interpessoais, bem como os resultados convergentes entre eles, decidem elevar os níveis das suas relações para uma parceria estratégica

De acordo com Cameron e Yongnian (2007:17) a parceria estratégica é um comprometimento de longo prazo entre dois actores para o estabelecimento de uma estreita relação entre um número significativo de áreas. No entanto, isso não significa que não haverá diferenças entre eles, mas sim que os actores reconhecem a importância do seu comprometimento um com o outro e que estão preparados para tentar alcançar um acordo quando possível. Becard (2008: 31) é de opinião que dois países mantêm parcerias estratégicas quando se encontram presentes em suas relações bilaterais os seguintes elementos: condução de diálogo saudável e amistoso entre altas entidades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; manutenção de relações dinâmicas nos campos económicos e socioculturais, com participação de diferentes actores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projectos nacionais; desenvolvimento de cooperação activa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; convergências nas visões a respeito da organização do sistema internacional.

Entretanto, nota-se que a parceria estratégica vem ajudar os Estados a resolverem determinados problemas<sup>29</sup> que individualmente seriam incapazes de resolvê-los, daí que muitos Estados, como é o caso de Angola procura manter uma multiplicidade de parceiros estratégicos para alcançar os objectivos estabelecidos no seu modelo de inserção internacional.

Nasch (2007:29) afirma que em função do passado, Angola tem parcerias estratégicas com Portugal e Brasil que são grandes parceiros comerciais, com a Rússia que é um grande parceiro no sector da segurança, com Cuba que é um grande parceiro no sector da saúde e educação. Conde (2009:50), refere que estes Estados, conhecidos como antigos parceiros estratégicos de Angola, tinham pouca capacidade de recursos e influências (excepto a Rússia) para ajudar o país a sair da posição em que se encontrava. Assim, como resultado do aproveitamento das relações bilaterais, o Governo angolano conseguiu estabelecer nos últimos anos parcerias estratégicas com a República da China e os Estados Unidos da América.

A aproximação de Angola à República da China e aos Estados Unidos da América, constitui um meio para o alcance dos seus objectivos, visto que os EUA é uma

---

<sup>29</sup> Estes problemas têm a ver com questões de segurança, de desenvolvimento e de projecção internacional

superpotência activa e a China é o país emergente mais forte, com o auxílio de outras parcerias já estabelecidas, designadamente a Rússia, Brasil e Portugal, o Governo angolano pode dividir tarefas e somar os resultados provenientes destas parcerias.

Entretanto, para se entender melhor a forma como o Governo tem dividido as suas tarefas com os parceiros estratégicos, e como tem somado os resultados provenientes destas parcerias, o presente trabalho apresenta uma análise do relacionamento de Angola com três principais parceiros estratégicos (Rússia, EUA, China) que tem contribuído de forma activa para a obtenção dos objectivos definidos<sup>30</sup> no seu modelo de inserção internacional.

### **3.2.1 Parcerias estratégica entre Angola e Rússia**

Autores como Alves, Akhangelska e Shubim, (2013:11) descrevem que três períodos distintos podem ser apontados nas relações diplomáticas entre Angola e Rússia. O primeiro, regista o período de (1975-85), as relações entre esses dois países foram marcadas em grande parte por questões de ordem ideológicas. A principal preocupação do Governo angolano era sobreviver no sistema, logo traçou uma estratégia de cooperação com Rússia que estava enraizada na segurança e apoio militar. Essa cooperação foi fundamental para o Governo angolano que conseguiu sobreviver as incursões militares, da África do Sul e posteriormente da UNITA.

O segundo período (1990) foi um período de abrandamento nas relações, nessa altura assistia-se o desmoronamento da URSS, que posteriormente viria gerar grandes impactos no sistema internacional.

O terceiro período marca a década de 2000 até a actualidade. Reflecte uma retomada das relações bilaterais marcados por uma tentativa de ambos os lados para revitalizar a cooperação, desta vez fundamentada em questões de âmbito económico e social.

Desde o ano 2000 em diante, assistiu-se o estabelecimento de contactos frequentes entre as partes, o forte impulso para a cooperação bilateral foi dado com a visita oficial do Presidente Medvedev a Angola em 26 de Junho de 2009, durante o qual os dois

---

<sup>30</sup> Como vimos anteriormente, estes objectivos são: colmatar as vulnerabilidades internas e cultivar relações internacionais construtivas.

presidentes expressaram a vontade de conduzir as suas relações comerciais, culturais, económicas, técnicas e científicas para um outro nível.

Esta foi a primeira visita de um chefe de Estado russo a Angola, isso marcou uma nova fase nas relações bilaterais contemporâneas. No entanto, foram assinados seis acordos bilaterais em diversas áreas. Em seu discurso de boas-vindas, o Presidente de Angola José Eduardo dos Santos destacou as áreas de interesse mútuo, ou seja, geologia e mineração, energia, telecomunicações, infra-estrutura, indústrias extractivas, educação e científica pesquisa, capacitação, saúde e cooperação militar

Na óptica de Andrey Slepnev<sup>31</sup>, os intercâmbios diplomáticos bilaterais nos últimos 10 anos indicam um forte progresso, especialmente em comparação com a década anterior. Actualmente, a Rússia e Angola têm uma série de projectos de cooperação em curso em toda a uma série de sectores que vão desde áreas há muito estabelecidas, como a defesa, educação e saúde, a novas áreas, tais como telecomunicações e financiamento.

O mesmo autor, salienta ainda que a defesa continua a ser a mais sólida dimensão da cooperação Rússia-Angola. Até à data, a Rússia é parceiro de cooperação militar mais estratégico de Angola. Isto é devido em grande parte, ao seu papel histórico em equipar e apoiar o Governo angolano. Segundo a Angonoticias<sup>32</sup>, este facto é constatável porque a maioria dos equipamentos militar e tecnológicos de Angola (em todos os ramos das forças armadas) é Russo, o que gerou, naturalmente, uma dependência técnica profunda (em assistência, modernização e manutenção). A Rússia também tem um papel de destaque na formação das Forças Armadas Angolana (FAA).

O Governo angolano, nas suas relações com a Rússia tem procurado tirar o máximo proveito para o desenvolvimento dos seus projectos. Pois, não devemos esquecer que a Rússia além de ser membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é também membro de um grupo de países (BRICS) que apresentam um nível de produção muito elevado e detêm uma grande parcela no comércio internacional, também é membro do G20. Logo, essa posição assumida pela Rússia faz com que o

---

<sup>31</sup>Vice-Ministro do Desenvolvimento Económico da Federação Russa, em entrevista ao Jornal Expansão de 3 de Julho de 2009

<sup>32</sup>Para mais informações consultar <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/40236/angola-torna-se-principal-comprador-de-armas-a-russia>

Governo angolano olha neste autor como um parceiro estratégico e confiável para a sua projecção no sistema internacional.

Mas, importa salientar que apesar de Angola e Rússia terem um comprometimento de longo prazo para o estreitamento das relações em diversos domínios. É no domínio da defesa e segurança que Angola tem procurado desenvolver mais, porque se olharmos para outros sectores como comercial, financeiro, telecomunicações e saúde, o fluxo de relações entre os dois é muito insignificante, mas na dimensão militar é muito desenvolvido. Então digamos que Angola busca nessa parceria a segurança.

### **3.2.2 Parcerias estratégica entre Angola e EUA:**

Sabe-se que no universo das relações internacionais é preciso diversificar a cooperação e identificar cada vez mais novas parcerias, porque ser dependente de um único parceiro é uma prática que pode gerar consequências imprevisíveis. Daí que ao longo do tempo, e com as transformações ocorridas no cenário internacional, o Governo angolano procurou se aproximar dos Estados Unidos da América no sentido de desenvolver a parceria estratégica com esta potência.

Nash (2007:32) descreve que de 1975 a 1989, as relações dos Estados Unidos da América com Angola foram definidas pela política da Guerra-fria. Mas, desde o reconhecimento da República de Angola, em 1993, e especialmente desde o fim da guerra, em 2002, as relações entre os Estados Unidos da América e Angola melhoraram significativamente. O então Secretário de Estado, Colin Powell, visitou Angola em 2002; o Presidente George W. Bush designou Angola elegível para as preferências tarifárias possibilitadas pela Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA), em 2003; o Presidente de Angola encontrou-se com o Presidente Bush numa visita oficial a Washington, em 2004, e, em 2006, Angola foi escolhida para ser um dos três países piloto para a Iniciativa sobre Malária.

Segundo o embaixador dos Estados Unidos da América em Angola Christopher McMullen<sup>33</sup>, o progresso das relações bilaterais entre Angola e Estados Unidos é resultado de interesses convergentes. O embaixador salientou ainda que Angola é um de

---

<sup>33</sup>Palestra apresentada pelo Embaixador dos Estados Unidos da América em Angola na Universidade Lusíadas de Angola no dia 7 de Novembro de 2011 sobre o tema a Política Externa dos Estados Unidos da América para Angola.

três parceiros estratégicos dos Estados Unidos na África Subsariana, e esta parceria da América com os seus amigos e aliados são guiadas por três princípios: respeito mútuo; responsabilidade mútua e interesses mútuos.

Nesta senda, Angola procura diversificar a sua economia, de modo que esta não continue sendo dominada pelo petróleo e pelos recursos naturais, com os problemas de longo prazo que estas economias tendem a enfrentar. Os Estados Unidos partilham esse objectivo, em parte porque querem criar mais oportunidades para empresas americanas em Angola e na região. Também sabemos que a estabilidade duradoura de qualquer país depende de uma economia diversificada que gera emprego e um padrão de vida decente para todos os seus cidadãos<sup>34</sup>.

Angola procura reconstruir o país e superar a destruição causada por décadas de guerra. Os Estados Unidos partilham esse objectivo, como demonstra o programa de remoção de minas terrestres e entrega de terra livre de minas para fins produtivos. Também presta apoio financeiro e técnico ao Ministério da Saúde no seu esforço de reconstruir o sistema de saúde de Angola, de modo que todos os angolanos tenham igual acesso à assistência médica<sup>35</sup>.

Angola procura desempenhar um papel maior na região e no mundo. Os Estados Unidos partilham também esse objectivo. Por exemplo, congratula-se com a contribuição de Angola em matéria de defesa e segurança em África. Estando os laços entre o exército americano e as Forças Armadas Angolanas em crescimento, incentiva Angola a procurar outras formas das suas forças armadas desempenharem um papel construtivo em África<sup>36</sup>.

O assistente de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos em Angola, David Brooks, afirmou que em Julho de 2010, a Secretária Clinton e o então Ministro das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, assinaram um acordo em Washington, que formalizou a parceria estratégica. Desta data em diante, Angola e os Estados Unidos têm trabalhado em conjunto e não apenas na indústria petrolífera.

---

<sup>34</sup>Idem

<sup>35</sup> Idem

<sup>36</sup> Idem

Segundo o assistente de negócios, os Estados Unidos têm procurado alargar a sua cooperação para ajudar Angola a desenvolver energia eólica, dar formação para energia solar e possível assistência na construção de barragens hidroelétricas, na modernização das redes eléctricas de Angola e na gestão do sistema em geral. Estas são áreas de cooperação tangíveis, concretas, entre os nossos dois Governos, que mostram o valor da nossa parceria estratégica e irão beneficiar o povo dos dois países.

Nash (2007:37) destaca que apesar a abordagem programática do Governo dos Estados Unidos em relação a Angola é eficaz. Diz também que Washington mantém um relacionamento de trabalho com Luanda e apoia uma série de projectos úteis em Angola. Todavia tem faltado um processo para a construção de um relacionamento estratégico mais intenso com Angola, capaz de ajudar país realizar o seu pleno potencial, tanto internamente quanto no continente africano.

Embora os EUA tenham dedicado uma especial atenção a Angola, os seus projectos parecem ter uma certa limitação, esta potência deveria se engajar mais na segurança e no desenvolvimento deste país, no sentido de tornar-lhe num parceiro para ajudar a reforçar a segurança e a estabilidade em África que é um dos seus maiores fornecedores de energia.

Do lado angolano, este tem procurado tirar maior proveito da parceria que tem com os EUA. Angola tem os EUA como um interlocutor internacional indispensável, pelo facto de este ser um centro de poder e decisão a nível mundial, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e jogar uma grande influência em instituições internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e no Tratado do Atlântico Norte. Desde que estes dois países decidiram elevar as suas relações para uma parceria estratégica, as políticas de organizações internacionais como FMI, não tem sido bastante rígidas como era antigamente, tanto é que disponibilizou um empréstimo para Angola sem condições estabelecidas, por causa desta parcerias, o país tem sido convidado a participar em certos eventos internacionais de grande importância como o G20, ainda fruto desta parceria tem-se notado em Angola o engajamento de várias agências especializadas da ONU, como é o caso da UNICEF na ajuda ao Governo.

Entretanto, apesar de convergirem nos interesses, Angola procura junto dos Estados Unidos segurança, promoção da sua imagem e viabilidade no desenvolvimento dos seus projectos.

O Governo angolano tem a Rússia como um grande parceiro estratégico para a segurança, mais olha para o EUA como um parceiro influente, que lhe pode ajudar a posicionar-se no sistema internacional, devido o seu poderio e capacidade de acção nas relações internacionais.

Nota-se que o Governo angolano tem procurado cada vez mais expandir a sua cooperação bilateral com as potências mundiais na busca de segurança. Se por um lado a Rússia é um parceiro fundamental para Angola em questões de defesa e segurança, especificamente para aquisição de equipamento militar, formação dos efectivos militares, os Estados Unidos têm ajudado esse país a se relançar no contexto das nações e garantindo a segurança do mesmo nos ciclos internacionais, uma vez que ele tem vários interesses identificado em Angola.

### **3.2.3 Parcerias estratégica entre Angola e China:**

Vimos que o Governo angolano tem procurado dividir tarefas com os seus parceiros, para ter um resultado que corresponda com o seu modelo de inserção. Assim, se por um lado tem garantindo a sua segurança e promoção através das relações bilaterais que mantém com a Rússia e os EUA. Por outro lado, busca o desenvolvimento do seu tecido económico através do relacionamento bilateral que mantém com os países emergente, designadamente a China.

Conde (2009:49) salienta, que a China embora tenha mantido várias relações com os Movimentos de Libertação Nacional em Angola (MPLA, FNLA, UNITA), passou a estabelecer oficialmente relações políticas e diplomáticas com a República de Angola em 12 de Janeiro de 1983, no âmbito da sua política de proximidade junto dos Estados africanos<sup>37</sup>. Sendo assim, a China acredita o seu embaixador em solo angolano em Setembro de 1984, relação que o Governo de Angola apenas retribui em 1993, cerca de dez anos mais tarde. Vines (2008: 3) é de opinião que as ligações da China e de

---

<sup>37</sup>O envolvimento da China com a África inicia-se no período posterior à Revolução Chinesa e no início da descolonização, sendo seus vínculos iniciais baseados em princípios comuns de anti-colonialismo, soberania nacional e não-alinhamento, os quais foram confirmados na Conferência de Bandung

Angolanos últimos anos beneficiaram de um conjunto de factores favoráveis ao incremento da sua cooperação bilateral, tendo o petróleo funcionado como denominador comum dos interesses sino-angolanos. O mesmo autor adianta que a conjuntura mundial obriga a China a garantir recursos energéticos de suporte ao seu crescimento e segurança sustentados; a conjuntura interna angolana, superada a guerra e abertas perspectivas de paz duradoura, obriga o Governo a procurar financiamentos para, numa primeira etapa do relançamento do país, recuperar as suas infra-estruturas.

Nesta senda, Mangureira (2010:27) afirma que as relações de Angola com a República Popular da China intensificaram-se e assumiram um carácter estratégico a partir de 2004, na sequência dos vários contactos diplomáticos por iniciativa do Chefe de Estado e do Governo angolano com objectivos central de reforçar e desenvolver um novo quadro de cooperação, de longo prazo, tendo em conta a necessidade que se impunha da consolidação da estabilidade e do lançamento de um vasto programa de reconstrução nacional

Em Outubro de 2007, o Ministério das Finanças<sup>38</sup> da Republica de Angola, adiantou que Foi precisamente no dia 2 de Março de 2004, que as autoridades dos dois países definiram o acordo quadro<sup>39</sup>. Porém, esse acordo contemplava uma linha de crédito no valor de 2 mil milhões de dólares, foi disponibilizada pelo EximBank da China em duas parcelas de mil milhões cada. A primeira parte do empréstimo foi entregue em Dezembro de 2004, tendo a segunda sido efectuada em Março de 2005. As condições contratuais previam o seu pagamento num período de 17 anos, sendo os primeiros cinco anos de período de carência/gracia, os restantes 12 anos estão sujeitos a uma taxa indexada ao índice Libor e a um spread anual de 1,5%.

A primeira fase do empréstimo, segundo Campos e Vines (2008: 6), foi destinado a projectos da reconstrução nacional, com destaque para os domínios das infra-estruturas (estradas, energia, água, saneamento), e edifícios públicos, agricultura, pescas, educação e saúde e telecomunicações.

---

<sup>38</sup>Informação disponível in <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspComunicaChina2007.htm>

<sup>39</sup> Este acordo, que teve início em Novembro de 2003 regulou: (1) as relações financeiras entre a China e Angola; (2) as principais áreas e sectores de investimento; (3) a presença de empresas chinesas em Angola e o seu envolvimento nos apoios concedidos; (4) o modelo de financiamentos em linhas de crédito; (5) e as garantias fornecidas pelo Estado angolano.

A segunda linha de crédito de 500 milhões de dólares foi negociada em Maio de 2007 com o EximBank. Funcionou como uma extensão da primeira linha, estando os seus projectos relacionados com a recuperação de linhas de abastecimento e tratamento de águas, energia eléctrica, redes de comunicações e edifícios escolares, incluindo como refere Corkin (2006:164) a compra de autocarros escolares para transporte de estudantes para as novas escolas.

Em Setembro de 2007 surge, anunciada pelo presidente do EximBank e pelo Ministro das Finanças de Angola, a terceira linha de crédito no montante de 2 mil milhões de USD. De acordo com Campos e Vines (2008: 8) este novo empréstimo destinou-se a financiar 100 projectos de construção de edifícios escolares e hospitais, energia e águas, em condições que previam o seu reembolso em 15 anos com o acréscimo da taxa Libor e um adicional de 1,25 por cento ao ano

No entanto, desde os acordos de paz em Angola até a data actual, as relações entre estes dois actores, têm vindo a crescer significativamente, segundo a APEX<sup>40</sup> (2012:60-70) o comércio bilateral entre China e Angola cresceu de aproximadamente US\$ 1 bilhão em 2002 para US\$ 25 bilhões em 2010. Como resultado, Angola substituiu a África do Sul como o principal parceiro comercial da China na África. Por sua vez, a China substituiu os EUA e o Brasil como o principal parceiro comercial de Angola em 2007. Todavia, Portugal, ainda continua ser o país que mais produtos importa para Angola, mas a sua percentagem de importação tem vindo a diminuir gradualmente porque a China tem encurtado e diversificado cada vez mais as suas relações comerciais com Angola, e para além dos projectos que estão a desenvolver em conjunto, a China tem aumentado o seu investimento directo e indirecto em Angola, automaticamente vai ganhando mais mercado e mais negócios, estas práticas podem fazer dela o maior importador de Angola num futuro próximo.

Por sua vez, Angola tem sabido tirar proveito desta parceria, pois a China hoje é vista como um centro de decisão e poder a nível internacional, por outro lado ela tem sido um parceiro precioso para o crescimento económico de Angola. Se prestarmos atenção, veremos que as suas linhas de créditos constituem a maiores operações financeiras efectuadas em Angola desde a sua independência e visa reconstruir as principais infra-estruturas como estradas, barragem, redes de transportes de energia eléctrica, escolas

---

<sup>40</sup>Agencia Brasileira de Promoção de Exportação

postos de saúde, desminagem de terrenos aráveis que servirão de base para o desenvolvimento económico de Angola. De facto o relacionamento entre ambos é recíproco e gera confiança.

A verdade é que o Governo angolano tem interpretado a leitura da geopolítica mundial e em função das suas análises identificou que os países movimentam-se no sistema na busca do controle e acesso dos recursos naturais, principalmente aqueles que são considerados estratégicos. Em função destas movimentações, o Governo angolano tem utilizado os seus recursos naturais como um trunfo para se posicionar no sistema internacional. Neste contexto, Ferreira (2005:73) salienta que esses países (Rússia, Estados Unidos da América, China) procuram cooperar com Angola devido a abundância de recursos naturais que esta possui. Contreiras (2012: 80) é mais explícito ao afirmar que Angola conta com os seus recursos energéticos não renováveis<sup>41</sup> para garantir a sua posição no sistema internacional, pois esses recursos criam uma dinâmica na relação entre os Estados e garantem a sua segurança, crescimento e projecção no cenário internacional.

### **3.3 Relações Regionais: Construção de Uma Liderança**

Alargar o raio de acção de um Estado no sistema internacional é uma tarefa extremamente difícil, requer empenho, recursos, estratégias e dedicação por parte das instituições que se responsabilizam pelo desenvolvimento destas actividades. Para tal, é preciso fazer uma análise geopolítica da conjuntura e posteriormente seleccionar os instrumentos da política externa necessários para prosseguir com os objectivos estabelecidos.

Deste modo, o Governo angolano analisou que para obter mais espaço e capacidade de influência no sistema internacional, precisava diversificar os seus parceiros e a sua forma de relacionamento, uma vez que as relações bilaterais não cobrem todos os aspectos que constituem o universo das relações internacionais.

---

<sup>41</sup>Dos recursos energéticos que o país possui, podemos contar com o carvão, que desde a época da revolução industrial tem um peso importante, por produzir energia e aço; o petróleo, fonte de energia mais utilizada e tem uma importância estratégica para os países industrializados e o gás, que tem grande interesse estratégico na criação de energia

Sendo assim, Contreiras (2012:178) salienta que para além da prática bilateral, o Governo angolano tem dado primazia ao regionalismo. Ou seja, a sua política externa regional tem sido pautada pela defesa da paz, promoção do desenvolvimento e estabilidade regionais, com intuito de consolidar uma arquitectura de paz africana.

Neste contexto, fica difícil fazer uma abordagem sobre a posição de Angola nos agrupamentos regionais africanos sem primeiramente explicar como se tem desenvolvido o processo de integração em África.

Com base neste parecer, Fragoso (2010:12) diz que o processo de integração regional no continente africano é caracterizado desde cedo por ser um processo ambicioso, mas pouco realista, atendendo às metas e objectivos traçados face a uma realidade fragmentada e debilitada em que muitos Estados ainda se encontram. As ideias irreais pré-estabelecidas pelos líderes africanos, desde a criação da Unidade Africana, pautaram por uma série de dificuldades tendo em conta, as diferenças em termos económicos, passando pelas dissidências políticas (África conservadora, África progressiva), assistindo-se a enormes conflitos étnicos, à luta contra pobreza (verifica-se no continente um nível de vida abaixo da pobreza) epidemias (como a SIDA). Todavia, como suporte a estas dificuldades, verificou-se uma grande vontade dos Estados em se unirem e criarem políticas de integração regional económica, para ultrapassarem os problemas e as diferenças em termos geográficos dos países que constituem os blocos de integração regional.

### **3.3.1 Acções desenvolvidas na SADC**

Freire (2012:295) afirma que o Estado angolano sempre prestou atenção para as questões regionais, tanto é que quando obteve a sua independência, preocupou-se em estender a sua luta anticolonial em países da região que na altura viviam ainda sobre o regime da opressão. Nesta senda, Angola apoiava e exigia que os países pertencentes a sua região se libertassem da opressão colonial ou de regimes políticos que não correspondia às aspirações legítimas daqueles povos.

Contudo, Angola desenvolveu esforços no sentido de travar uma luta neste contexto. Foi nestas circunstâncias que viria surgir em 1975 os Países da Linha a Frente<sup>42</sup>, onde teve como membros originais Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia. O objectivo era a independência política da África Austral, mais tarde as iniciativas foram alargadas para tratar das agressões militares e da desestabilização desencadeadas pelo regime do apartheid da África do Sul contra os Estados independente da região.

Essa acção praticada pelos países acima mencionados reforçou os laços de solidariedade e a necessidade da criação de uma organização mais ampla e com mais tarefas. Assim, com base nesta necessidade, em 1980 criou-se a Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que congregava os países independentes da região, para além daqueles que já constituíam a linha da frente, juntou-se o Lesoto, Malawi, Suazilândia, Zimbabué. Estes países manifestaram o seu compromisso a prossecução de políticas que visavam à libertação económica alicerçada num desenvolvimento integrado sustentado das suas economias, e acima de tudo isolar a África do Sul racista.

Com as transformações ocorridas no mundo quer a nível continental como global durante a década de 1980/1990<sup>43</sup> assistiu-se a transformação da SADCC para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992. Para (José, 2011:170) a transformação de SADCC para SADC, permitiu a integração dos países restantes na organização regional completando um grosso de 15 membros actualmente. O objectivo da organização é a constituição de uma zona economicamente integrada, culminando, em uma união monetária em 2015 e a introdução de uma moeda única em 2016. Pois para a concretização dessas metas do bloco será necessário manter a paz, a estabilidade e segurança na região bem como aprofundamento da democracia nos Estados membros.

---

<sup>42</sup> Estes países coordenavam esforços, recursos e estratégias relativamente aos Movimentos de Libertação Nacional da África Austral que lutavam contra o colonialismo, racismo e a dominação da maioria branca.

<sup>43</sup> Este foi um período de imensas transformações que vieram alterar o curso histórico das relações internacionais, principalmente na África Austral que era um autêntico palco da guerra fria. Assim, assistiu-se o fim da guerra fria; o derrube da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) o fim do apartheid; aceleração do processo globalizante; a liberalização das economias; o surgimento de comunidades económicas e regionais.

Segundo o (RISDP, 2003:4), a SADC passou a ser uma instituição juridicamente vinculativa que permitiu os governos e os Estados Membros a reverem a situação política, económica e social da região. Todavia, a sua visão é de um futuro comum, um futuro numa comunidade regional que garantirá o bem-estar económico, a melhoria dos padrões e da qualidade de vida, a liberdade e a justiça social paz e segurança dos povos da África Austral.

Com base no papel desempenhado, isto é quer a luz da libertação da região como na construção de uma organização regional, que ainda com muitos desafios<sup>44</sup> pela frente, mas que tem procurado avançar com o desenvolvimento regional na África Austral, Angola tem sido uma peça fundamental na região. Um Estado que desde sempre marcou a sua presença quer na linha da frente, quer na SADCC e actualmente na SADC, sempre procurou conquistar o seu espaço nesta zona de forma legal e legítima, com base nos princípios do direito internacional público, respeitando os princípios da Carta das Nações Unidas e da União Africana, contribuindo para paz e a segurança na região, estabelecendo relações de boa vizinhança com os países limítrofes e com os outros Estados membros da região.

Reconhece-se que Angola mantém uma cooperação bilateral privilegiada com alguns países da SADC, concretamente a África do Sul, a Namíbia, a Zâmbia e a República Democrática do Congo. Mais isto não acarreta prejuízo as boas relações com os demais países da região, porque Angola é uma nação consciente das potencialidades da guerra moderna, daí que a paz é para ela a meta moderna das suas políticas externas. Considerando a importância da paz e estabilidade dos países vizinhos para sua própria segurança, os Estados angolanos mantêm concertações permanentes com as referidas nações visando adopção de medidas conjuntas necessárias a preservação do clima de paz e estabilidade nas zonas referidas e nos respectivos territórios. De facto, essas práticas demonstradas pelo governo angolano, conduz significativamente a construção

---

<sup>44</sup>O processo de integração na África Austral apresenta vários desafios que os Estados membros têm de enfrentar, entre elas podemos destacar: a falta de infra-estruturas, profundas desigualdades económicas entre Estados membros, alta de convergências macroeconómica, assimetrias regionais profundas, a falta de relações comerciais entre os Estados membros, lenta implementação das etapas do processo da integração económica.

de um clima de confiança entre os Estados membros da região e proporciona a Angola uma posição de destaque na região (José 2011:18).

Apesar de Angola conseguir alcançar uma posição de destaque na África Austral, a África do Sul ainda continua a ser considerada pelos países do continente africano e pelo mundo como a potência regional. Com bases nos pareceres de Almeida (2011:89) esse status é dado aqueles países que têm capacidade de influenciar de forma organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente uma determinada região geográfica onde se insere. Embora Angola não apresente todos esses requisitos acima descritos, ela continua a participar de maneira activa na vida da região, ela procura cada vez mais munir-se destes requisitos, principalmente o factor económico, tecnológico para credibilizar a sua a sua posição na região. Uma vez que do ponto de vista político<sup>45</sup> e militar<sup>46</sup> ela já é considerada por muitos países africanos e pelo mundo como potência regional.

O facto de Angola procurar ser um líder na região austral de África, não conflitua com os objectivos do líder actual que é África do Sul, pois no universo das relações internacionais o que preocupa não é a liderança, mas sim a forma como é exercida a liderança. Deste modo, a diplomacia angolana inclui em sua agenda um projecto mais claro de construção de uma liderança articulada a segurança regional, no respeito pelos princípios da SADC e a promoção do desenvolvimento socioeconómico da região.

### **3.3.2 Acções desenvolvidas na CEEAC**

Ainda no olhar das relações regionais, Almeida (2011:127) realça que Angola, além de membro da SADC, ou seja, país integrante e importante nas questões da África Austral

---

<sup>45</sup>Actualmente, Angola tem sido um parceiro para os países africanos, ela tem se tornado um centro de apoio e consultas para os Estados desta região, onde se discutem geopolíticas e geoestratégias para paz e estabilidade nesta região

<sup>46</sup> Do ponto de vista militar Angola já é uma potência regional, graças aos efectivos militares disponíveis que congrega, a natureza moderna de determinados equipamentos que detém, a experiência acumulada dos 27 anos de guerra civil e a participação em alguns conflitos militares em países vizinhos.

é, igualmente, membro permanente da Comunidade de Estados da África Central (CEEAC)<sup>47</sup>,

Segundo Van-dúnem (2010:204) muitos Estados africanos estão numa situação de dupla ou múltipla filiação em organizações regionais, o que gera muitos bloqueios para a concretização do processo de integração regional. Deste modo, Trindade (2006:69) diz que fica muito difícil harmonizar políticas e programas de integração, visto que a maior parte dos Estados pertencem a dois ou mais blocos regionais. Esse autor diz ainda que na totalidade dos Estados africanos, 27 são membros de duas comunidades económicas regionais, e 18 pertencem a três comunidades. No extremo estão 7 países que pertencem apenas uma organização e a República Democrática do Congo que pertence a quatro.

Entretanto, nota-se que muitos Estados aderem a essas organizações não com a finalidade de desenvolvimento socioeconómico da região, mas sim em função dos interesses políticos nacionais ou geoestratégicos identificados na região.

Se analisarmos a maneira como surgiram a maioria das organizações regionais em África, vamos constatar que muitas delas nasceram num clima de conflito armado ou instabilidade política. Logo, o objectivo primordial da integração regional que é o desenvolvimento socioeconómico de uma determinada região nunca esteve em primeiro plano nessas organizações. Contudo, em função do contexto que esses países vivem decidem se associar com objectivo exclusivamente políticos e militares. Isto lhes serve para protegerem as suas independências e integridade territorial ou para isolarem determinados grupos armados que transcendem as fronteiras. No entender de Walt (1987:5) essas acções podem ser denominadas de política de contrapeso, isto é, um Estado alia-se a outros Estados contra a ameaça dominante, ou seja se alinham com outros Estados ameaçados no sentido de garantirem a sua sobrevivência numa determinada geografia.

É o caso de Angola, que alinhou na SADC por questões meramente políticas e militares e também ingressou na CEEAC por questões estratégicas, ou seja, a estratégia de Angola nessa região era isolar os grupos rebeldes que desenvolviam acções de desestabilização em Angola e se instalavam nesses países, aonde tinham as suas bases e

---

<sup>47</sup>A comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) é constituída pelos seguintes Estados: Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africano, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Chade.

coordenavam as suas acções. Também é fundamental realçar que nesta altura o Governo angolano, procurava o maior número de reconhecimento internacional possível, então a adesão a essa organização também constituía uma estratégia para obter o maior número de reconhecimento possível.

Deste modo, nota-se que a questão do desenvolvimento económico regional esteve sempre firmada no pensamento político africano de forma imaginária, porque é impossível falar dele num clima de instabilidade política ou de guerra. Actualmente, com clima de paz e estabilidade política que se tem registado em alguns países e regiões de África, é que se pode começar a repensar modelos de desenvolvimento local e regional e concomitantemente, eliminar os obstáculos que têm impedido o avanço da integração regional.

Não é em vão que Clauzewitz (1996: 43) defendia a paz como um bem, cujo o valor não deve ser quantificado, porque sem ela todo processo técnico e económico de criação de riqueza não pode ter lugar. Trata-se na verdade de um bem que não tem preço, mas cuja influência é decisiva para o desenvolvimento da sociedade. Porém, é fundamental que os governos africanos olham para integração como um fenómeno gerador de desenvolvimento económico e social, que afasta o pensamento de conflito, que relança o bloco na esfera internacional e gera ganhos conjuntos. E não olhar para ela como uma estratégia de satisfação de interesses individual, porque haverá sempre choques de interesses e o processo de integração estagnar-se-á

Sendo assim, a integração regional na CEEAC, teve o seu início na reunião da cúpula dos líderes da União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC), em Dezembro de 1981, quando estes concordaram em formar a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) está por sua vez foi formalmente criada em 18 Outubro de 1983 e começou a funcionar em 1985. A CEEAC foi fundada como um programa de integração socioeconómica. Essa comunidade conheceu um período de Estagnação, em 1990, devido aos conflitos armados que afectavam a região (Almeida, 2011:129).

Em 1991, um projecto de relançamento foi aprovado na conferência de Chefes de Estado e do Governo em Malabo, Guine Equatorial, e neste quadro a comunidade estabeleceu objectivo a promoção da paz, segurança e estabilidade na África Central.

José (2011:154) fundamenta que, em primeiro plano, a regionalização da CEEAC, era de cunho económico, não obtendo resultados práticos em função do perfil económico dos países.<sup>48</sup> Em segundo plano, com base na visão de José (2011:154), o regionalismo deu lugar à implantação de mecanismo de segurança visando garantir a paz e a sobrevivência humana, como um mínimo desejável. Porém, Zani (2005:77) confirma a posição apresentada por José ao destacar que os governos da região chegaram à conclusão que os arranjos regionais de base económica não podiam ter futuro a curto e médio prazo, em decorrência das condições que os Estados apresentam, assim o sistema de integração de base económico deu lugar a um sistema de segurança militar garantidor de paz regional. Zani acrescenta ainda que novos instrumentos foram criados na CEEAC com vista a garantir a segurança, entre eles se destacam o Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), regulamento interno da Comissão de Defesa e Segurança (CDS), o regulamento interno das Forças Multinacionais da África Central (FOMAC) e o regulamento interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC)

No entanto, a CEEAC, tem sido uma instituição de aprendizado do regionalismo e aproximação dos seus membros, considerando esse aspecto é fácil compreender as dificuldades que a CEEAC possui para intervir eficientemente nos conflitos internos entre os países membros, como é o caso da crise eleitoral da Costa do Marfim e da guerra civil na República Democrática do Congo.

Portanto, é também no contexto da paz e da segurança, que Angola tem- se destacado nesta região. Contreiras (2012:179) expõe que a guerra vivida em Angola desde 1975-2002, criou imensas dificuldades para o pleno funcionamento desta organização, daí que hoje, em tempo de paz, Angola é um interlocutor decisivo para estabilização da paz nesta região. É só vermos a forma como ela tem acompanhado e apoiado a resolução dos conflitos nos grandes lagos, especificamente na República Democrática do Congo, a atenção que prestou a crise eleitoral na Costa do Marfim, o esforço que tem

---

<sup>48</sup> A região na altura estava constituída por países com grandes focos de conflitos armados, os países da região apresentavam também, economias débeis, dependentes da potência colonial, infra-estruturas deterioradas seja por razão de conflito ou por falta de manutenção.

desenvolvido na participação das Forças Multilaterais da África Central<sup>49</sup> e na realização de exercícios militares como Bar-El-Gazel no Thad em 2005 e o Kwanza em Angola em 2010. Segundo a Angop<sup>50</sup>, esses exercícios têm como objectivo avaliar o nível operacional da força multinacional da África Central, com vista a preparação dessas tropas (e componente civil) para missões de paz e acções humanitárias na região central africana e em outras partes do mundo, quando solicitadas pelas Nações Unidas e União africana

Em síntese, se pode destacar que o governo angolano tem utilizado os canais regionais, para se relançar no contexto das nações. Todavia a sua a sua inserção política quer na SADC como na CEEAC se traduz na construção de uma liderança regional, sendo motivada pela defesa dos interesses económicos e políticos que não podem ser alcançados sem o auxílio dos demais países da região.

Hoje, Angola é reconhecida e aceite como um dos países fortes em ambas as regiões subsaarianas, com um elevado potencial económico e militar, e exerce uma grande influência política pelo que não deve ser ignorada no tratamento dos principais assuntos regionais.

### **3.4 Os Fóruns Multilaterais Como Instrumentos de Projecção Internacional**

Apesar de Angola conquistar espaço e capacidade de influência nas respectivas regiões africanas (CEEAC e SADC), não cessou as suas actividades em relação ao domínio externo, pelo contrário, procurou ampliar a sua inserção noutros espaços estabelecendo novas parcerias e identificando novos interesses. Foi com base neste princípio que o Governo angolano olhou para os fóruns multilaterais como um instrumento essencial para projectar cada vez mais o país na arena internacional.

Segundo Fonseca Jr. (2000: 3) a participação nos fóruns multilaterais é fundamental para a realização dos interesses nacionais de qualquer país, independentemente da sua posição na distribuição mundial do poder. Fonseca Jr alarga mais o seu pensamento ao

---

<sup>49</sup>Essa força que tem como missão prevenir, gerir e resolver conflitos na sub-região, além de estabelecer medidas de confiança entre os membros e aplicar os dispositivos relativos a não-agressão e assistência mútua de defesa.

<sup>50</sup> Ver in [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2010/4/19/Inspeccionadas-tropas-para-exercicios-militares-Kwanza-2010](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2010/4/19/Inspeccionadas-tropas-para-exercicios-militares-Kwanza-2010).

afirmar que os fóruns multilaterais fornecem o espaço para a formação de coalizões, criação de normas e legitimação de práticas que afectam o comportamento internacional dos Estados. Assim, pode-se dizer que as instituições multilaterais são a arena privilegiada de manifestação do poder num contexto de interdependência complexa.

### **3.4.1 A projecção na Comissão do Golfo da Guiné**

Com base nesta visão, Angola procurou se inserir em fóruns multilaterais mais abrangentes, com a finalidade de expandir o seu poder de influência e garantir um lugar na política internacional. Segundo Barros (2006:102), a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), embora tenha sido criada como órgão autónomo em 1999 mas formalmente instituída numa reunião em Libreville, Gabão, em 26 de Agosto de 2006, é um fórum multilateral aonde Angola tem vindo a se destacar. Contudo, Almeida (2011:35) destaca que Esta comissão é constituída por oito países, nomeadamente Angola, a República Democrática do Congo, o Congo, o Gabão, Nigéria, Guiné Equatorial, Camarões e São Tomé e Príncipe. Ela surgiu da necessidade de se promover a estabilidade nesta zona rica em recursos naturais, entre os quais sobressai o petróleo. O autor acrescenta ainda que, a resolução de conflitos, a definição de estratégias para o desenvolvimento e a gestão dos recursos naturais com destaque para o petróleo, são alguns dos objectivos que estão na base da criação do organismo da Comissão Golfo da Guiné.

Na óptica de Oliveira (2007:144), o petróleo tem sido visto como a maior causa das instabilidades nos países da África subsaariana, na medida de que é alvo de disputas entre os actores regionais (Estados, a população civil, grandes insurgentes locais) e actores globais (as firmas multinacionais petrolíferas e as grandes potências mundiais), portanto é necessário que se crie dispositivos de segurança para que essa região não transforme numa zona com bastantes conturbações como o Médio Oriente.

É com base neste sentimento, que Angola tem atribuído importância capital nesta região, devido a sua experiência em questão de conflito, esse país aprendeu que a paz e a ordem, são condições necessárias para o desenvolvimento político económico e social de um país, ou região. Logo a sua adesão e participação no Golfo da Guiné tem sido marcada pela promoção e a implementação do reforço a segurança e a estabilidade nessa região, através da cooperação conjunta, vigilância conjunta, e criar esforços no sentido de valorizar os recursos naturais da região e coloca-los ao serviço do

desenvolvimento económico e da promoção do bem-estar e do progresso dos povos da região.

Sendo assim, Angola em parceria com os Estados da CGG, têm procurado desenvolver políticas de segurança de médio e longo prazo, com vista a criar estruturas específicas de defesas garantidoras das suas políticas petrolíferas.

Por outro lado, as acções de Angola junto da CGG têm inserido cada vez mais o país no sistema internacional. Oliveira (2007:114) afirma que esta região é a única fora do conturbado Golfo Pérsico, onde será possível aumentar significativamente a produção petrolífera e manter o mercado mundial um pouco mais estável. Beny (2007:76) concorda com Oliveira e vai mais além dizendo que o Golfo da Guiné tem uma grande importância na nova geopolítica do petróleo, uma vez que as potências mundiais e os países emergentes procuram garantir e aumentar os recursos energéticos de suporte para o seu crescimento económico e segurança energética sustentada. Daí, nasce as disputas pelas regiões ricas em hidrocarbonetos, especificamente em países como a Nigéria, Angola, Guiné equatorial e São Tomé e Príncipe. Todavia, esses países são vistos como estratégicos para as potências mundiais e os países emergentes, entretanto, eles devem tirar maior proveito do relacionamento que obtém com esses países, uma vez que o relacionamento com os mesmos não é por obra do acaso ou simpatia. No entanto, Conde (2009:50) destaca que o Governo angolano tem aproveitado o relacionamento que estabelecido com esses países no sentido de satisfazer os seus interesses primordiais que são: o desenvolvimento interno e a projecção internacional

Porém, é fundamental realçar que o Golfo da Guiné tem uma grande importância geoestratégica para a política externa de Angola. É só olharmos para a capacidade de influência que este país joga no seio da SADC, da CEEAC, adicionando mais o Golfo da Guiné, consegue ter ligações com quase todas as regiões de África. Essa estratégia, tem permitido o país alcançar uma posição de destaque no continente africano

Sendo assim, Angola consegue estar inserida nos círculos aonde se discute as questões mais candentes da África subsaariana, e ela ainda procura dentro dessas discussões encontrar uma fórmula para a resolução dos demais problemas que têm desestabilizado o continente. Apesar de existir outras potências continentais, como a Nigéria e a África

do Sul, Angola tem procurado ganhar o seu espaço e aliados de forma pacífica, baseada no respeito e no diálogo, o que tem feito dela um pacificador do continente.

Sendo assim, através das acções e decisões que vem desempenhando no âmbito das organizações regionais em que faz parte, Angola granjeou um certo respeito e prestígio no continente africano. Freire (2011:295) destaca que a luz do continente africano, a política externa angolana tem sido pautada pela promoção do desenvolvimento e estabilidade política no continente, com o intuito de consolidar uma arquitectura de paz africana.

É com base nesta estratégia que Angola se tem afirmado a nível continental, e tem sido vista como um expoente da União africana, segundo a Revista África 21<sup>51</sup>, numa das suas publicações afirmou que União Africana conta com pelo menos com seis potências capazes de estender a sua acção estabilizadora a todo continente, entre elas se destacam a África do Sul, Angola, Egipto, a Líbia, a Nigéria e o Quénia.

Actualmente, a paz e o desenvolvimento, são elementos considerados prioritários para o continente africano, e Angola tem procurado dar resposta a estas questões, através da sua diplomacia que está cada vez mais voltada para os esforços do alcance da estabilidade e desenvolvimento na África<sup>52</sup>. Por isso, Angola se tem tornado um centro de consulta na política africana, onde se disputam estratégias para paz e estabilidade no continente, designadamente nos conflitos dos grandes lagos, as crises eleitorais no Zimbabué (2008-2009), na Costa do Marfim (2009-2010), na Guiné Bissau (2012) e até as insurreições no Magrebe como na Líbia, Egipto e Tunísia (2011-2012). Ainda na senda dos conflitos, a política externa angolana, através do seu instrumento genérico e pacífico que é a diplomacia, privilegia a troca de contactos com outros países africanos, as consultas políticas e diplomáticas, missões e visitas bilaterais em todos os níveis para partilhar informações e assegurar apoios as posições angolanas ou questões de interesse comum da região ou do continente, também dinamiza o funcionamento de comissões bilaterais através do mecanismo do acompanhamento de acordos bilaterais ou multilaterais.

---

<sup>51</sup> Revista de informação, economia e análise África 21, nº 26, do mês de Fevereiro, Luanda 2009

<sup>52</sup> Revista militar das Forças Armadas de Angola. Defender 2007

Em função dessas acções acima mencionadas, Angola vem adquirindo respeito dos Estados africanos, a sua política externa regional e multilateral activa tem influenciado o continente, e têm servido como pólo de estabilidade e prosperidade, uma vez que tem como foco principal a concertação política e diplomática na procura da paz e estabilidade em África.

### **3.4.2 A projecção na CPLP**

Entretanto, para além das relações que vem construindo no âmbito bilateral e regional, é no âmbito multilateral que lhe tem dado a oportunidade de expandir o seu raio de acção longe das suas regiões e lhe permite estabelecer novas parcerias que lhe tem sido útil para resolução de diversos diferendos. É nesta perspectiva que Angola procurou tem procurado incrementar as suas acções junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Entretanto, Redondo (2008:4) afirma que a CPLP começou pela intenção de se criar um Instituto Internacional de Língua Portuguesa que visaria à promoção e difusão do português. Este primeiro passo deu-se em Novembro de 1989, aquando da reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de língua oficial portuguesa no Brasil, a convite do, então, Presidente brasileiro José Sarney. Mas, segundo (José, 2011:192) essa comunidade só veio ser concretizada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de 17 de Julho de 1996 em Lisboa. Na altura, assinaram o documento constituinte da CPLP, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, tendo Timor-Leste aderido em 2002, após alcançada a sua independência. Para além de Estados-membros, a CPLP dispõe, igualmente, de países com o estatuto de observadores associados, a República da Guiné Equatorial e a República das Ilhas Maurícias.

(Redondo, 2008:6) destaca que os grandes objectivos que estão na base da formação da CPLP são: actuação conjunta cada vez mais significativa e influente no plano internacional, promover e desenvolver a cooperação em todos os níveis da vida social, incentivar a difusão e enriquecimento da língua portuguesa.

Pelo facto de Angola andar mergulhada numa guerra durante muito tempo, não permitiu que este exerça um papel muito activo no seio desta comunidade. Mas, acabou por encarar a formação da CPLP como parte integrante da estratégia de desenvolvimento do

país através de um aprofundamento de relações com países mais desenvolvidos, como Portugal e o Brasil, ainda mais quando este Estado tem apresentado taxas de crescimento económico bastante consideráveis e Portugal faz parte da União Europeia. De facto esses dois países são de extrema importância para Angola, pois para além de desenvolverem relações de várias naturezas, do ponto de vista geoestratégicos, esses dois Estados servem de elo de ligação com outros Estados quer na Europa como na América do Sul que possuem uma posição de destaque nos centros de poder e decisão a nível mundial, e que são fundamentais para o desenvolvimento de Angola.

Em África, através da CPLP, Angola tem conseguido assumir uma posição de destaque na Comissão do Golfo da Guiné, uma vez que nessa organização se encontra países como a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe que também são membros da CPLP. Se prestarmos atenção, vamos observar que a escolha de Angola e não da Nigéria para o desenvolvimento de projectos petrolíferos em São Tomé, é uma acção proveniente da CPLP, pois do ponto de vista geográfico, a Nigéria está mais próxima e seria bem menos dispendioso por parte de São Tomé, mas em função das relações que estes têm desenvolvido e os laços que liga os dois países, os São Tomé privilegia Angola como parceiro estratégico. Por outro lado, nota-se a Guiné Equatorial, a ter mais aproximação com Angola do que com os países da sua região, especificamente a Nigéria, daí que em muitas decisões que são tomadas por unanimidade no seio da CGG, a Nigéria tem perdido face a influência que Angola joga sobre determinados países daquela região. É o caso da batalha diplomática que se travou entre os dois países para albergarem a cede da CGG.

Entretanto, a CPLP ainda é uma comunidade bastante recente, onde alguns dos membros ainda procuram alcançar a estabilidade interna nos seus Estados. Esse será, desde logo, um dos grandes desafios da comunidade, contribuir para a estabilidade interna dos seus membros. Para isso, será importante a acção dos Estados mais estáveis como Portugal, o Brasil, Cabo Verde e mesmo Angola<sup>53</sup>.

A concertação de posições comuns dos Estados-membros, de forma a usufruírem de uma posição mais forte no cenário internacional, será muito importante, mas, mais uma vez, nem sempre será fácil, dados os interesses e necessidades divergentes dos diversos

---

<sup>53</sup> Para mais informações ver in <http://www.cplp.org/> Declaração constitutiva da CPLP: Objectivos da CPLP, 1996.

Estados. Nesta perspectiva, Rosário (2011:4) salienta que na CPLP dá-se mais primazia a cooperação bilateral do que a cooperação multilateral, esta prática advém da localização geográfica dos Estados, que traz como consequência a dificuldade de estabelecer programas exequíveis com sustentabilidade económica e financeira. Mas, por outro lado, resulta também do facto de cada um dos Estados estar inserido em blocos regionais, onde o multilateralismo funciona bem e com resultados: o Brasil no Mercosul, Portugal na União Europeia e na Zona Euro, Angola e Moçambique na SADC, São Tomé e Príncipe no Bloco da África Central, Cabo Verde e Guiné-bissau no bloco da África Ocidental e Timor Leste no bloco do Sudeste Asiático. Esta situação do multilateralismo regional provoca uma centrifugação dos interesses que a CPLP ao nível dos Estados e ao nível regional pode ter em termos multilaterais.

### **3.4.3 A projecção na ONU**

Ainda na senda do multilateralismo, é fundamental mencionar o papel que Angola vem desempenhando junto da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Silva (2002:63), esta organização é considerada como o maior fórum multilateral do mundo, e é a única instituição que pode fazer face, com competência, as crescentes pressões globais de vária índole. Moreira (2008:571) da sustentabilidade a esse fundamento acima apresentado, afirmando que a acção da ONU estende-se a muitos outros campos, com resultado positivo importantes, particularmente no que respeita as suas organizações especializadas, designadamente: a Organização internacional do trabalho (OIT), União internacional das Telecomunicações, Organização da Aviação Civil, União Postal Universal (UPU), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

Logo, qualquer país que quero ampliar a sua presença na configuração do sistema internacional deve assumir responsabilidades e criar princípios vigentes nas agendas regionais, continentais e multilaterais. Daí que ser membro e participar activamente na Organização das Nações Unidas é uma maneira de arquitectar a construção de uma posição de destaque no sistema internacional.

Participar na vida desta organização, não é somente estar presente nos órgãos constitutivos dela, mas sim respeitar acima de tudo, os seus princípios e objectivos.

Portanto, os Estados que respeitam os princípios da ONU e evidenciam esforços no sentido de atingir de forma conjunta os objectivos da mesma, estão a contribuir para o desenvolvimento e edificação da mesma.

No caso angolano, durante muito tempo, a sua relação com a ONU, foi caracterizada pelos aspectos da guerra e da paz, essa instituição que tem como objectivo manter a paz e a segurança internacional, desempenhou um grande papel na resolução do conflito angolano<sup>54</sup>. Com o término da guerra, e com a assinatura dos acordos de paz de 4 de Abril de 2002, o Governo angolano redefiniu a sua política de relacionamento com a ONU, ou seja, já não queria ser apenas um membro passivo como foi no passado. Porém, em tempo de paz procurou ser mais activo e participativo no desenvolvimento das acções da ONU como a manutenção da paz; a prevenção de conflitos; a gestão de crises e desenvolvimento económico e social do mundo. Contudo, essa nova filosofia de acção adoptada pelo Governo angolano, visava não só auxiliar as acções da ONU, mas sim, visava também elevar a sua imagem e posição no sistema internacional.

Sendo assim, o Governo angolano, criou uma agenda internacional, onde o desenvolvimento e a segurança passaram a ser os pilares para o desenvolvimento das suas relações com a Organização das Nações Unidas

No que concerne a questão do desenvolvimento, Angola tem participado e procura cumprir com aquilo que são os objectivos traçados pela ONU em matéria de desenvolvimento. Caso concreto é a questão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) estabelecido no ano 2000.

Segundo Ribeiro e Ferro (2004: 332) estes objectivos estabelecem metas que podem ser medidas para cada uma das suas oito dimensões, tornando possível a monitorização e avaliação dos avanços: na erradicação da pobreza extrema e da fome; na criação de emprego digno e honesto; no estabelecimento do ensino primário universal; na promoção da igualdade dos géneros e na autonomia das mulheres; na redução da mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade; na melhoria da saúde materna; no combate contra o VIH/SIDA e outras doenças como o paludismo e a

---

<sup>54</sup> A ONU em Angola desempenhou papel de monitorização, verificação, observação eleitoral, mediação, assistência humanitária, bem como na aplicação de sanções contra UNITA.

tuberculose, na sustentabilidade do meio ambiente; e no fomento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Entretanto, Angola comprometeu-se com esses objectivos, e frisou que, se todas as nações que assumiram esse compromisso fizessem um esforço para cumprir até o prazo determinado que é 2015, estariam a contribuir para a construção de um mundo mais justo, solidário e seguro. Daí que, apesar de Angola encontrar algumas dificuldades para cumprir com alguns objectivos até o prazo estabelecido como o caso da redução da mortalidade infantojuvenil, tem avançado em outros, principalmente no combate à fome e à pobreza, acesso à educação, o combate às grandes endemias como o HIV-Sida, malária, tuberculose, promoção da igualdade do género, bem como na protecção do meio ambiente <sup>55</sup>.

Para além dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Angola também se destaca na expansão da cooperação para o desenvolvimento. Isto é independentemente de ter relações de cooperação com os países desenvolvidos, também promove relações com países subdesenvolvido baseadas nos princípios da reciprocidade mutua, respeito pela soberania e não ingerência em assuntos internos, essas acções leva cada vez mais a Organização das Nações Unidas e as suas agências especializadas a olhar neste país como um parceiro considerável e a ter em conta para o ajudar a ultrapassar as demais desordens que vêm transformando a natureza das relações internacionais.

No que concerne à segurança, este é o ramo em que o Governo angolano mas tem participado e se destacado no seio das Nações Unidas. Contudo, nota-se que Angola desde o alcance da paz até a data actual preocupa-se em construir e consolidar a paz, não só do ponto de vista interno, mas também a nível internacional.

Essa prática nasce em função do sentimento de que a guerra é um obstáculo ao desenvolvimento de um país, região ou continente. Logo a construção de um clima de paz e segurança assente na confiança, na cooperação para o desenvolvimento e na

---

<sup>55</sup>Maria do Valle Ribeiro coordenadora residente da Organização das Nações Unidas em Angola. Declarações ao jornal de Angola de 16 de Abril de 2014, à saída de uma audiência com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, com quem abordou a cooperação entre Angola e as agências especializadas das Nações Unidas.

criação de mecanismos que visam prevenir as eventuais situações de conflito, é o caminho que os Estados devem seguir para construírem um mundo melhor.

Nesta senda, Silva, António e Godinho (2006:29) afirmam que Angola com a sua larga experiência em matéria de solução de conflitos começou a contribuir activamente nos esforços de manutenção da paz, assumindo responsabilidades no plano internacional concernentes a defesa e segurança, é o caso da SADC, CEEAC, CPLP, Comissão do Golfo da Guiné, bem como no próprio continente africano.

Ainda no plano internacional, é fundamental realçar que no período de 2003-2004, Angola assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente e procurou cumprir com as responsabilidades atribuídas. No entanto, Silva, António e Godinho (2006:170) salientam que durante a passagem de Angola nesse órgão que se responsabiliza pela paz e a segurança internacional, a prioridade da agenda angolana foi o continente africano, devidos os grandes focos de conflitos que se vivia nesta altura.

Em suma, nota-se que a política externa angolana, sofreu uma grande transformação com a transição da guerra para a paz. Com esse acontecimento, o Governo direccionou todas as suas atenções ao plano externo com intuito de obter resultados internos e automaticamente melhorar a imagem e a posição de Angola no sistema internacional.

## CONCLUSÕES

Na parte final deste estudo, concluiu-se que Angola é um actor internacional, que desde o seu reconhecimento e aceitação pelos outros actores, vem interagindo no sistema internacional com objectivo defender e promover os seus interesses.

Embora tenha e continua a ter interesses que se adaptam em função do contexto internacional, este país durante os seus primeiros anos de interacção com o sistema internacional encontrou muitas dificuldades, não foi fácil manter-se no sistema devido a estrutura e funcionamento que este apresentava naquele período.

Neste contexto, Angola foi invadida por países vizinhos, houve guerras civis patrocinadas pelas potências na busca de maiores zonas de influências, mais apesar destas conflitualidades, o Estado angolano conseguiu defender-se, o seu interesse no sistema era proteger a sua independência e a integridade territorial. Assim, por causa deste ambiente de guerra, Angola teve um espaço de acção reduzido no sistema internacional. O país, praticamente não participava na vida internacional e tinha muitas dificuldades em cumprir com as recomendações provenientes da agenda internacional, uma vez que a sua agenda interna, encontrava-se bloqueada devido o conflito interno.

Com a transição da guerra para paz, o Governo angolano sentiu a necessidade de reformular o seu modelo de inserção no sistema. Deste modo, a protecção da independência e da integridade territorial, já não eram vistos como interesses prioritários, porque a paz já tinha se instalado em Angola. Entretanto, novos interesses vinham preencher a lista das necessidades do Governo angolano, designadamente a reconstrução nacional, a expansão da cooperação na busca de parceiros estratégicos, o aumento da participação do país na vida internacional

Para a satisfação destas necessidades, o Estado teve que optar por um modelo de inserção internacional activo, baseado na paz e na cooperação de interesses políticos, económicos e sócias.

Este modelo tem gerado valor agregado para Angola, uma vez que para execução do mesmo, o Governo utiliza uma estratégia que assenta em três pilares fundamentais: o bilateralismo, o multilateralismo e o regionalismo

Em cada instrumento, Angola busca superar vulnerabilidades, que de maneira gradual vai contribuindo para o melhoramento da sua imagem e para o desenvolvimento das relações internacionais.

No âmbito bilateral, procura estabelecer relações com vários países do mundo. Mais, procura aproximar-se as grandes potências para construir a parceria estratégica com as mesmas no sentido de garantir a sua segurança e o crescimento económico.

No âmbito regional, através das suas acções que têm como base a defesa da paz e promoção do desenvolvimento, tem adquirido respeito e confiança, por parte dos membros da região em que se encontra inserido. Essas acções fazem de Angola um líder regional, um país que se preocupa e se predispõe para resolução de qualquer problema que abala a região.

Por outro lado procura ampliar o seu raio de acção nos grandes fóruns multilaterais como a ONU com vista a aumentar mais a sua projecção internacional. Este país está inserido em vários fóruns multilaterais, mas através da sua estratégia de inserção tem sabido tirar proveito de cada uma delas.

Portanto, pelo facto do sistema internacional congregar vários actores e apresentar uma funcionalidade complexa, nota-se que Angola é um actor com pouca capacidade de influencia-lo de forma organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente no seu todo. Mas, isto não lhe tira o direito de contribuir para o desenvolvimento do mesmo.

Sendo assim, observa-se que o modelo de inserção adaptado por Angola tem contribuído de forma gradual para o melhoramento das interações no sistema internacional, é só olharmos para as acções que este país tem desenvolvido em relação a protecção e a promoção da paz nas regiões em que faz parte (SADC, CEEAC, CPLP, CGG, U.A), a forma como se tem relacionado com os demais actores do sistema na busca da construção de relações internacionais pacíficas, a maneira como se apresenta disponível para ajudar a ONU a desenvolver as suas acções como a manutenção da paz, a gestão de crises humanitárias, a problemática do desenvolvimento económico e social no mundo, a maneira como tem evidenciado esforços no sentido cumprir com os objectivos da agenda internacional, como é o caso do cumprimento dos objectivos do

desenvolvimento do milénio, a forma como tem respeitado os princípios da Carta da ONU e do direito internacional público.

Essas acções acima descritas contribuem de maneira direta ou indireta para pacificação e desenvolvimento do sistema internacional. Daí que Angola, tem sido reconhecido por muitos Estados como um actor que se interessa pela construção e pacificação do sistema.

De facto, espera-se que essas acções continuem a desenvolver-se cada vez mais e que alcancem outros patamares. Mas para isso, o Estado angolano deve de forma muito breve procurar reanimar a sua economia, é preciso aumentar a sua capacidade produtiva, diversificar a sua economia e procurar contribuir mais no processo de integração económica em África. Uma vez que a sua contribuição neste sector não se tem sentido.

Também, para que a sua inserção seja projectada com bases solidas, o Governo, angolano deve procurar colmatar com urgência as suas vulnerabilidades, principalmente naqueles sectores que constituem factores de poder, como o tecnológico, o militar, o económico. Pois a inserção deve olhar para estas condicionantes, e país que só procura inserir-se de maneira política, rapidamente perderá a influência das zonas onde se insere, porque é preciso consolidar as zonas conquistadas e para tal, necessita-se de uma série de meios que visam a concretização deste fim.

Por outro lado, tem que se fazer uma reformulação no corpo diplomático, porque a inserção no sistema é bastante dinâmica, logo os diplomatas têm de estar munidos de ferramentas que os ajudam a responder os diversos problemas que as relações internacionais contemporâneas apresentam.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros:

**ALMEIDA, Eugénio da Costa**, *Angola Potência Regional em Emergência*. Lisboa, 2011.

**ANDERSON, Peter J**, *Política Global do Poder, Justiça e Morte*. Uma introdução às relações internacionais, 1996

**ANSTEE, Margareth Joan**. *Órfão da Guerra fria: radiografia do colapso do processo de paz em angolano 1992/1993*. Porto, 1997

**APEX-Brasil**. *Angola: Perfil e Oportunidades Comerciais*, 2012

**ARON, Raymond**. *Paz e Guerra entre as Nações*, 2.<sup>a</sup> edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2002

**BENY, Eduard**. *A Nova Geopolítica do Petróleo do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Editora Novo Embondeiro . Lisboa 2007

**BECARD, Danielly Silva Ramos**. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008.

**CAMPOS, Indira and VINES, Alex**. *ANGOLA AND CHINA, A Pragmatic Partnership*. Working Paper Presented at a CSIS Conference (Center For Strategic & International Studies), 2008

**CAMERON, Fraser; YONGNIAN, Zheng**. *Key Elements of a Strategic Partnership*. In *CROSSICK, Stanley; REUTER, Etienne. China-EU: a common future*. Singapore: World Scientific, 2007.

**CLAUZEWITZ, Van Karl**. *Da Guerra*. São Paulo. 1996

**COMEFORD, Michael**. *O rosto pacífico de Angola “Biografia de um processo de paz” 1991-2001*. Luanda, 2005

**COSTA, Almeida e MELO, Sampaio**. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5<sup>a</sup> edição, Porto Editora, 1979

**COSTA, Carla Guapo, et all.** *A União Europeia como Actor Global “Dimensões Económicas da Política Externa Europeia”*. Editor ISCSP, 2009

**CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ANGOLA.** *Reflexões Sobre Geopolítica e Geoestratégias Em Angola e Em África*. Editora Nzila, Luanda 2006

**CORKIN, Lucy.** “China’s interest in Angola’s construction and infrastructure sectors” in *China’s New Role in Africa and the South. A search for a new perspective..* Nairobi, Oxford and Bangkok: Fahamu and Focus on the Global South.2006

**CORREIA, Adérito e SOUSA, Bornito.** *Angola História Constitucional*. Coimbra 1996

**CORREIA, Pezarat.** *Descolonização em Angola*. 1992

**COSTA, Carla Guapo.** *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Editor ISCSP, 2010

**COUTO, Abel Cabral.** *Elementos de Estratégia, Vol. I, Instituto de Altos Estudos Militares*, Lisboa.1988

**SILVA, José Paulino cunha.** *Resolução da ONU sobre Angola*. Editora Nzila. Luanda, 2002

**SILVA, José Paulino cunha e et all.** *Angola No Conselho de Segurança da ONU (2003-2004) - experiência e contribuição pratica na resolução dos conflitos em África*. Editora Imprensa Nacional. Luanda, 2006

**DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF JR., Robert L.** *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Gradiva, Lisboa, 2003

**FREIRE, Maria Raquel.** *Política Externa as relações internacionais em mudança*. Coimbra, 2011

**FUKUYAMA, Francis.** *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro, 1992

**IAN, Brownle.** *Princípios de Direito Internacional Público*, Editora Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1997

**GREESPAN, Alan.** *A Era da Turbulência: contribuições para um mundo em mudança*, 3ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 2009

**KI-ZERBO, Joseph.** *História da África Negra II*. Paris, 1972

**LISKA, George.** *Nation in Alliance: The Limits of Interdependence*, Baltimore Johns, 1962

**MACHADO, João Bosco.** *MERCOSUL: processo de integração origens evolução e crise*, São Paulo, 2000.

**MAGALHÃES, Calvet.** *A Diplomacia Pura*, Editora Bizâncio, Lisboa, 2005

**MOREIRA, Adriano.** *Teoria das Relações Internacionais*, 6ª Edição, Editora Almedina, 2008.

**MALTEZ, José Adelino.** *Curso de Relações Internacionais*, Editora principia 2002.

**MARQUES, Alfredo.** *Economia da União Europeia*. Edições Almedina. Coimbra, 2006

**NYE Jr., Joseph** *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Trad. Tiago Araújo, Gradiva, Lisboa, 2002.

**NYE Jr., Joseph.** *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

**SANTOS, António de Almeida.** *Que Nova Ordem Mundial?* Editores documentos, Lisboa, 2008.

**SILVA, Gaspar.** *Negociação arte e democracia*. Lisboa, 2000

**SOUSA, Fernando.** *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 2005.

**PECEQUILO, Cristina.** *Introdução às Relações Internacionais*. Editora Petrópolis: Vozes, 2004.

**PATRÍCIO, José.** *Angola EUA Os Caminhos do Bom Senso*, Luanda 1997.

**RIBEIRO, Manuel de Almeida e FERRO, Mónica.** *A Organização das Nações Unidas*. 2ª Edição. Editora Almedina. Porto, 2004

**VALENTIM, Jorge.** *Caminho para a paz e reconciliação nacional “de Gbadolite a Bicesse”, 1989-1992*. Editora Mayamba. 2ª Edição. Luanda, 2010

**VAN-DÚNEM, Belarmino.** *A Globalização e Integração Regional em África*. Luanda, 2010

**VIDAL, Nuno e ANDRADE, Pinto.** *O processo de Transição Para o Multipartidarismo Em Angola*. 2ª Edição, Luanda e Lisboa, 2008.

**VINES, Alex e etall.** *ANGOLA-Drivers of change: an overview*. Chatham House, London.2005

**WALT, Stephen.** *The Origins of Alliance*. New York, 1987

**WALTZ, Keneth.** *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva, 2002

**ZAU, Filipe.** *Educação em Angola novos trilhos para o desenvolvimento*. Editora Movilivros. Lisboa, 2009

### Artigos:

**ALSINA JR, João Paulo Soares.** *O Poder Militar Como Instrumento da Política Externa Brasileira Contemporânea*. Revista Brasileira de Política Internacional, 2009. Disponível in <http://dx.doi.org/10.1590/30034-732920090002000010>. Acessado 29-04-2013.

**JOSÉ, Joveta.** *Política Externa de Angola de 1992 aos dias atuais*.2011.Disponível in[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1977&Itemid=229](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1977&Itemid=229). Acessado aos10-07-2013

**JR. CRUZ, Ademar Seabra.** *O Sistema Internacional Após Guerra Fria. Política Externa Republicana e a Sociedade Civil Mundial na era da Globalização*. 2008. Disponível in <http://ort.edu.uy>. Acessado aos 24-01-2014

**GOMES, Santa Clara.** *A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional*. 2006 Disponível in <http://comum.rcaap.pt/bitstream>. Acessado 3-05-2014

**MARIANO, Karina Pascarello.** *Globalização, Integração e Estado*, 2009. Disponível in <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>. Acessado 16-04 2013

**MARQUES, Guilherme Bens.** *Velhos e Novos Actores: Relações internacionais de Vestfália ao século XXI*. Revista Ius Gentium: teoria e comercio no direito internacional, 2008. Disponível in <http://WWW.iusgentium.ufsc.br>. Acessado 26-04-2013.

**MENDES, Raquel.** *O Sistema Bipolar e Universal da Guerra Fria*. Disponível in <http://fichamarra.wordpress.com> acessado 3-04-2014

**MEZA, Raul Benal.** *Multilateralismo e Unilateralismo na Política Mundial: América latina frente à ordem mundial em transição*, 2005. Disponível in <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a01.pdf> . Acessado 22-03- 2013.

**NUNES, Isabel Ferreira.** *Os Conflitos Regionais e Segurança Internacional*, 1996. Disponível in <http://www.comum.rcaap.pt>

**SANTO, Gabriel Augusto do Espírito.** *O Ambiente Estratégico Internacional e os Desafios a Defesa* 2010. Disponível in [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=605](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=605) Acessado aos 20-06- 2013

**GRIFFITH, Aaeron.** *O fim da guerra: o memorando de entendimento de Luena*, 2004. Artigo disponível in [http://www.c-r.org/sites/c-r.org/files/accord15\\_port.pdf](http://www.c-r.org/sites/c-r.org/files/accord15_port.pdf)

**REDONDO, João Vítor da Costa.** A importância de alianças assente nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP. Novembro de 2008. Artigodisponívelin <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers>

**PROENÇA JR., Domício&DUARTE,Érico.***Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América*, 2003. Artigo disponível in: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100007&script=sci_arttext)

**SILVA, Marina** .*Política externa para o século 21*, 2010. Artigo disponível in [http://www.minhamarina.org.br/diretrizes\\_governo/governo/politica-externav2.php](http://www.minhamarina.org.br/diretrizes_governo/governo/politica-externav2.php)

**FARTO, Manuel**. *A Diplomacia Econômica Contemporanea*.2006. Artigo disponível in [http://janusonline.pt/2006/2006\\_3\\_2\\_1.html](http://janusonline.pt/2006/2006_3_2_1.html)

### **Teses e dissertações**

**CONTREIRAS, Márcia Amélia Camilo**. *Avaliação do Potencial Estratégico de Angola*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. 2012

**OLIVEIRA, Lucas Kerr**. *O petróleo e a Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais de Disputa por Petróleo na África Subsaariana*. Porto alegre, Dissertação de Mestrado em Relações internacionais da UFRGS. 2007.

**GOMES, Henriques**. *A Nova Ordem Mundial - Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais*. Dissertação de Mestrado em Estudo Euro-asiático da Universidade Aberta, Lisboa 2009

**FRAGOSO, Antónia** *papel do Sector Energético na SADC*. Dissertação de Mestrado Apresentado na Universidade de Lisboa-FSCH, 2010

### **Revistas:**

**ALVES, Ana Cristina, ARKHANNGESLSKA, Alexandra e SHUBIN, Valdemir**. *Revista Sul Africana de Assuntos Internacionais. Rússia-Angola: o renascimento de uma parceria estratégica*. 2013. Disponível in <http://www.saiia.org.za/occasional-papers/russia-and-angola-the-rebirth-of-a-strategic-partnership>

**MANGUEIRA, Archer**. *O Banqueiro de Angola*. Revista Exame. N°7 de Julho/Agosto de 2010

**Documentos:**

Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola a 11 de Novembro de 1975.

**ROSÁRIO**, Lourenço. *Parceria multilateral como vantagem de gestão estratégica universitária*. 1ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa 14,15 e 16 de Novembro de 2011, Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra.

Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976.

**Ministério das Finanças da República de Angola**. Comunicado de Imprensa - Esclarecimento Sobre A Linha De Crédito Da China. 2007